



# DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO P/ REPRESENTAÇÃO

## PARTICIPAÇÃO:

FILIAL – RIBEIRÃO PRETO/SP

CNPJ – 12.420.164/0001-57

E-MAIL: LICITACOES@MAFRAHOSPITALAR.COM.BR

Ribeirão Preto - SP

Av. Luiz Maggioni, 2727  
Distrito Empresarial Prefeito Luiz Roberto Jábali  
CEP: 14072-055 - Tel.: (16) 3995 9401 / 2101 9401

Catalão - GO

Logradouro: EX 3, SN, Quadra 9A  
Módulo 26 a 30 - Bairro DIMIC  
CEP: 75709-685 - Tel.: (64) 3221 0508

Brasília - DF

Polo de Desenvolvimento JK Trecho-01  
Conjunto 10, Lote 20 - Santa Maria  
CEP: 72549-550 - Tel.: (61) 2104 3400

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILENSE – SP**

Att.: Comissão de Licitações

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2023**

**PROCESSO Nº 068/2023**

**ABERTURA: 03/05/2023 AS 09:30**

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

CM HOSPITALAR S.A., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no C.N.P.J. sob o nº 12.420.164/0001-57, inscrição estadual sob o nº 582557602113, estabelecida ao AV. LUIZ MAGGIONI, 2727, representada pelo seu representante legal a Sra. LORRAYNE MERHY ZANCANELLA ARIEDE, BRASILEIRO, SOLTEIRO(A), portadora do RG. sob o n.º 50821213-3 e do CPF/MF sob o n.º 482.692.078 residente e domiciliada à AV. LUIZ MAGGIONI, 2727, Bairro DISTRITO EMPRESARIAL, RIBEIRAO PRETO/SP, por seu representante, em conformidade com o disposto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

RIBEIRÃO PRETO, 02 DE MAIO DE 2023.

*Lorraine Zancanella*

**LORRAYNE MERHY ZANCANELLA ARIEDE**

SUPERVISORA DE LICITAÇÕES

RG: 50821213-3 - CPF: 482.692.078

Fone: (16) 2101-9401 - Fax:

e-Mail: [licitacoes@mafrahospitalar.com.br](mailto:licitacoes@mafrahospitalar.com.br)



viveo.com.br

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTES: CM HOSPITALAR S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, bairro Distrito Empresarial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.420.164/0001-57, CEP 14.072-055, e suas filiais, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; **CREMER S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.641.325/0001-18, com sede na rua Iguaçu, nº 291/363, bairro Itoupava Seca, CEP: 89030-030, na cidade de Blumenau/SC, e suas filiais, representada neste ato na forma do seu Estatuto Social.

**OUTORGADO: EVANDRO SIMÕES GUERRA**, brasileiro, casado, Consultor de Negócios Externo, portador da cédula de identidade RG nº 18.983.127, inscrito no CPF/MF sob nº 071.604.718-73, residente e domiciliado na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Rua Martinico Prado, nº 677, Apartamento nº 83, bairro Vila Tibério, CEP 14.050-050.

**PODERES:** para representá-la especificamente em licitações perante a União, seus Ministérios, demais órgãos e repartições públicas Federais; Estados, suas Secretarias, demais órgãos e repartições públicas Estaduais; Distrito Federal, suas Secretarias, demais órgãos e repartições públicas distritais; Municípios, suas Secretarias, demais órgãos e repartições públicas municipais, todos estes entes considerados em quaisquer dos poderes, Legislativo, Executivo ou Judiciário; Autarquias, sociedades de economia mista, associações, sociedades, fundações, em qualquer das esferas, Municipal, Estadual ou Federal, conferindo-lhe, para tanto, poderes para: requerer e apresentar documentos de inscrição de registro cadastral em nome do outorgante, retirar e impugnar editais, participar dos certames, retirar e visar documentos, manifestar-se em nome da empresa, concordar e discordar das decisões das comissões de licitações em quaisquer de suas fases do procedimento licitatório, fazer constar suas considerações nas respectivas atas, assinar atas, debater e deliberar em qualquer instância na defesa e representação dos interesses do outorgante, protocolar requerimentos, esclarecimentos, pedido de reconsideração de decisão, recursos administrativos e impugnação a recursos, acompanhar entregas de produtos do outorgante ou de terceiros, assinar contratos e atas de registro de preços decorrentes da participação do Outorgante nas licitações e todos os demais atos necessários para o completo desempenho do presente mandato. **Nas licitações sob as modalidades Concorrência, Tomada de Preços e Convite a outorgante reserva para si os poderes para estipular preços, condições de pagamento, prazo de entrega, firmar declarações de co-responsabilidade e renunciar a recursos. Exclusivamente para as licitações sob a modalidade Pregão, a outorgante concede poderes especiais ao outorgado para formular lances, ofertas e negociar preços, interpor e desistir de recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. O outorgado compromete-se a cumprir rigorosamente a legislação vigente, em especial a Lei nº 12.846/2013, "Lei Anticorrupção" e quaisquer Decretos, Leis**

R. Min. Jesuíno Cardoso, 454 – 4º Andar  
Vila Nova Conceição – Sp, 04543-030

Cremer Flexidarton Daviso EWP MAFRA Tecno4 Techno4 Cremer BIOSBNETX HYALIA BYOGENE HEALTH 100 Far-me



viveo.com.br

**Estaduais ou Municipais que regularem a matéria "Anticorrupção", bem como o Código de Conduta, Política Anticorrupção e Política Antissuborno da Viveo, disponível no site [www.viveo.com.br](http://www.viveo.com.br). O presente mandato é válido pelo prazo de 12 (doze) meses a contar desta data, ou com o término do vínculo contratual do outorgado com a outorgante, caso este ocorrer antes do prazo deste mandato. Vedado substabelecimento.**

Ribeirão Preto/SP, 20 de fevereiro de 2023

DocuSigned by:  
*André Augusto Spicciati Pacheco*  
Assinado por: ANDRÉ AUGUSTO SPICCIATI PACHECO:3021333840  
CPF: 3021333840  
Cargo: Diretor  
Data/Hora de Assinatura: 24/02/2023 13:47:02 BRT  
ICP Brasil  
2C468D01F2844111478B805701808665

DocuSigned by:  
*MISAH SCHWARTZMAN*  
Assinado por: MISAH SCHWARTZMAN:70621130215  
CPF: 70621130215  
Cargo: Diretor  
Data/Hora de Assinatura: 23/02/2023 08:42:53 BRT  
ICP Brasil  
8ADDF5472E754600A4E522D09A0284F

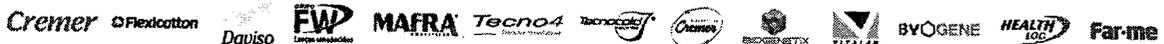
**CM HOSPITALAR S.A**

DocuSigned by:  
*André Augusto Spicciati Pacheco*  
Assinado por: ANDRÉ AUGUSTO SPICCIATI PACHECO:3021333840  
CPF: 3021333840  
Cargo: Diretor  
Data/Hora de Assinatura: 24/02/2023 13:47:07 BRT  
ICP Brasil  
2C468D01F2844111478B805701808665

DocuSigned by:  
*Leandro dos Reis Xavier*  
Assinado por: LEANDRO DOS REIS XAVIER:06819838650  
CPF: 06819838650  
Cargo: Diretor  
Data/Hora de Assinatura: 23/02/2023 09:02:48 BRT  
ICP Brasil  
3A283044236A44F048E6E0E7CFC6D0C8

**CREMER S.A**

R. Min. Jesuíno Cardoso, 454 – 4º Andar  
Vila Nova Conceição – Sp, 04543-030



*[Handwritten signatures and initials on the right side of the page]*

# viveo

viveo.com.br

R. Min. Jesuino Cardoso, 454 – 4º Andar  
Vila Nova Conceição – Sp, 04543-030

Cremer Flexicotton Daviso FW MAFRA Tecno4 TechnoStar Osmo BUCKENETIX VITALAB BVOGENE HEALTH LOG Far-me

Handwritten marks and signatures on the right side of the page.

Handwritten signature at the bottom right.

Relatório de Conformidade

**Nome:** Validador de assinaturas eletrônicas

**Data de validação:** 10/03/2023 15:29:59 BRT

**Versão do software(Verificador de Conformidade):** 2.11rc5

**Versão do software(Validador de Documentos):** 2.4.1rc1

**Fonte de verificação:** Offline

Informações do arquivo

**Nome do arquivo:** 2.Procura??o - CHM e Cremer x Evandro Sim?es Guerra(assinado) - validada.pdf

**Resumo da SHA256 do arquivo:**b9ab723da3418c109a8999d73f0f6ab04446c59ad64130b8fed35185d25ce764

**Tipo do arquivo:** PDF

**Quantidade de assinaturas:** 4

**Quantidade de assinaturas ancoradas:** 4

CN=VILSON SCHVARTZMAN:\*\*\*031300\*\*, OU=(em branco), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=13075037000120, OU=VideoConferencia, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

**Assinante:** CN=VILSON SCHVARTZMAN:\*\*\*031300\*\*, OU=(em branco), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=13075037000120, OU=VideoConferencia, O=ICP-Brasil, C=BR

**Tipo de assinatura:** Destacada

**Status de assinatura:** Aprovado

**Caminho de certificação:** Válida

**Estrutura:** Em conformidade com o padrão

**Cifra assimétrica:** Aprovada

**Resumo criptográfico:** Correto

**Data assinatura:** 23/02/2023 08:42:54 BRT

**Atributos obrigatórios:** Aprovados

**Mensagem de alerta:** undefined

Handwritten signatures and marks on the right side of the page, including a large stylized signature at the top, a vertical line with a checkmark-like mark in the middle, and several smaller signatures and initials at the bottom.

CPF:\*\*\*.031.300-\*\*

Certificados utilizados

CN=VILSON SCHVARTZMAN:\*\*\*031300\*\*, OU=(em branco), OU=RFB e-CPF A1,  
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=13075037000120,  
OU=VideoConferencia, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 18/05/2022 16:03:56 BRT

**Aprovado até:** 18/05/2023 16:03:56 BRT

**Expirado (LCR):**Não

CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,  
O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,  
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 08/12/2016 15:44:03 BRST

**Aprovado até:** 20/02/2029 14:44:03 BRT

**Expirado (LCR):**Não

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora  
Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 20/07/2016 10:32:04 BRT

**Aprovado até:** 02/03/2029 09:00:04 BRT

**Expirado (LCR):**Não

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 02/03/2016 10:01:38 BRT

**Aprovado até:** 02/03/2029 20:59:38 BRT

**Expirado (LCR):**Não

Atributos usados

**ATRIBUTOS OBRIGATÓRIOS:**

**Nome do atributo:** IdMessageDigest

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** IdContentType

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** IdAaEtsSigPolicyId

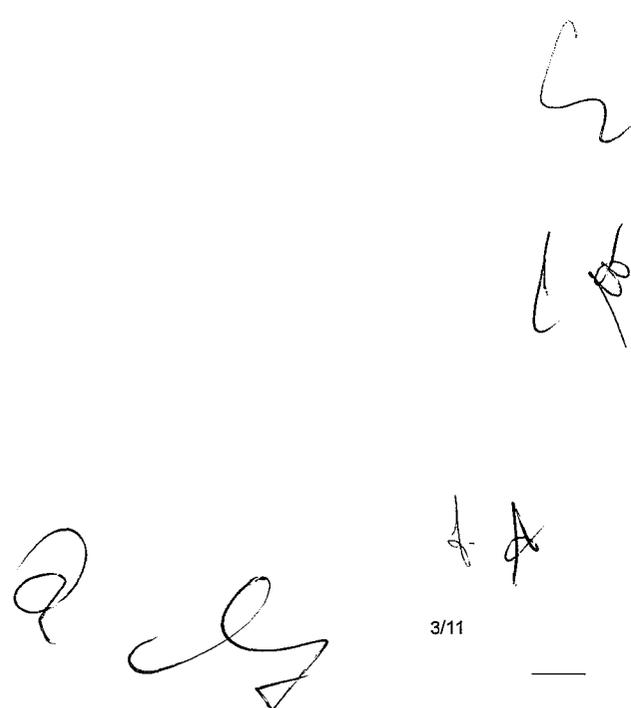
**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** IdAaSigningCertificateV2

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** SignatureDictionary

**Corretude:** Valid



**Nome do atributo:** BrExtMandatedPdfSigDicEntries

**Corretude:** Valid

CN=LEANDRO DOS REIS XAVIER:\*\*\*198396\*\*, OU=presencial, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=82659715000115, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

**Assinante:** CN=LEANDRO DOS REIS XAVIER:\*\*\*198396\*\*, OU=presencial, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=82659715000115, O=ICP-Brasil, C=BR

**Tipo de assinatura:** Destacada

**Status de assinatura:** Aprovado

**Caminho de certificação:** Válida

**Estrutura:** Em conformidade com o padrão

**Cifra assimétrica:** Aprovada

**Resumo criptográfico:** Correto

**Data assinatura:** 23/02/2023 09:03:48 BRT

**Atributos obrigatórios:** Aprovados

**Mensagem de alerta:** undefined

**CPF:**\*\*\*.198.396-\*\*

Certificados utilizados

CN=LEANDRO DOS REIS XAVIER:\*\*\*198396\*\*, OU=presencial, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=82659715000115, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=AC CNDL RFB v3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 13/04/2022 13:23:43 BRT

**Aprovado até:** 13/04/2023 13:23:43 BRT

**Expirado (LCR):**Não

CN=AC CNDL RFB v3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 29/08/2018 15:48:34 BRT

**Aprovado até:** 20/02/2029 15:48:34 BRT

**Expirado (LCR):**Não

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 20/07/2016 10:32:04 BRT

**Aprovado até:** 02/03/2029 09:00:04 BRT

**Expirado (LCR):**Não

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 02/03/2016 10:01:38 BRT

**Aprovado até:** 02/03/2029 20:59:38 BRT

**Expirado (LCR):**Não



Atributos usados

**ATRIBUTOS OBRIGATÓRIOS:**

**Nome do atributo:** IdMessageDigest

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** IdContentType

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** IdAaEtsSigPolicyId

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** IdAaSigningCertificateV2

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** SignatureDictionary

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** BrExtMandatedPdfSigDicEntries

CN=ANDRE AUGUSTO SPICCIATI PACHECO:\*\*\*213538\*\*, OU=AR DIGITALFACIL, OU=30347224000135, OU=AC SERASA RFB v5, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=000001009671058, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

**Assinante:** CN=ANDRE AUGUSTO SPICCIATI PACHECO:\*\*\*213538\*\*, OU=AR DIGITALFACIL, OU=30347224000135, OU=AC SERASA RFB v5, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=000001009671058, O=ICP-Brasil, C=BR

**Tipo de assinatura:** Destacada

**Status de assinatura:** Aprovado

**Caminho de certificação:** Válida

**Estrutura:** Em conformidade com o padrão

**Cifra assimétrica:** Aprovada

**Resumo criptográfico:** Correto

**Data assinatura:** 24/02/2023 13:47:02 BRT

**Atributos obrigatórios:** Aprovados

**Mensagem de alerta:** undefined

**CPF:**\*\*\*.213.538-\*\*

Certificados utilizados

CN=ANDRE AUGUSTO SPICCIATI PACHECO:\*\*\*213538\*\*, OU=AR  
DIGITALFACIL, OU=30347224000135, OU=AC SERASA RFB v5, OU=RFB e-CPF A3,  
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=000001009671058, O=ICP-  
Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=AC SERASA RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 17/06/2020 12:00:00 BRT

**Aprovado até:** 17/06/2023 12:00:00 BRT

**Expirado (LCR):**Não

CN=AC SERASA RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,  
O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,  
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 19/10/2016 16:11:56 BRST

**Aprovado até:** 02/02/2029 15:11:56 BRT

**Expirado (LCR):**Não

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora  
Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Handwritten signatures and marks on the right side of the page, including a large 'L' shape, a checkmark, and several scribbles.

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 20/07/2016 10:32:04 BRT

**Aprovado até:** 02/03/2029 09:00:04 BRT

**Expirado (LCR):**Não

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 02/03/2016 10:01:38 BRT

**Aprovado até:** 02/03/2029 20:59:38 BRT

Atributos usados

**ATRIBUTOS OBRIGATÓRIOS:**

**Nome do atributo:** IdMessageDigest

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** IdContentType

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** IdAaEtsSigPolicyId

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** IdAaSigningCertificateV2

**Corretude:** Valid



**Nome do atributo:** SignatureDictionary

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** BrExtMandatedPdfSigDicEntries

**Corretude:** Valid

CN=ANDRE AUGUSTO SPICCIATI PACHECO:\*\*\*213538\*\*, OU=AR DIGITALFACIL,  
OU=30347224000135, OU=AC SERASA RFB v5, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=000001009671058, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

**Assinante:** CN=ANDRE AUGUSTO SPICCIATI PACHECO:\*\*\*213538\*\*, OU=AR  
DIGITALFACIL, OU=30347224000135, OU=AC SERASA RFB v5, OU=RFB e-CPF A3,  
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=000001009671058, O=ICP-Brasil, C=BR

**Tipo de assinatura:** Destacada

**Status de assinatura:** Aprovado

**Caminho de certificação:** Válida

**Estrutura:** Em conformidade com o padrão

**Cifra assimétrica:** Aprovada

**Resumo criptográfico:** Correto

**Data assinatura:** 24/02/2023 13:47:07 BRT

**Atributos obrigatórios:** Aprovados

**Mensagem de alerta:** undefined

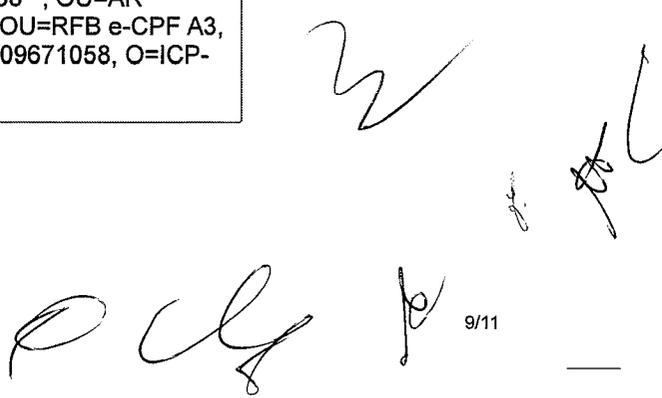
**CPF:** \*\*\*.213.538-\*\*

Certificados utilizados

CN=ANDRE AUGUSTO SPICCIATI PACHECO:\*\*\*213538\*\*, OU=AR  
DIGITALFACIL, OU=30347224000135, OU=AC SERASA RFB v5, OU=RFB e-CPF A3,  
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=000001009671058, O=ICP-  
Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

Handwritten signatures and marks in black ink, including a large stylized signature and several smaller ones, located in the bottom right area of the page.

**Emissor:** CN=AC SERASA RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 17/06/2020 12:00:00 BRT

**Aprovado até:** 17/06/2023 12:00:00 BRT

**Expirado (LCR):**Não

CN=AC SERASA RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,  
O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,  
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 19/10/2016 16:11:56 BRST

**Aprovado até:** 02/02/2029 15:11:56 BRT

**Expirado (LCR):**Não

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora  
Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto  
Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 20/07/2016 10:32:04 BRT

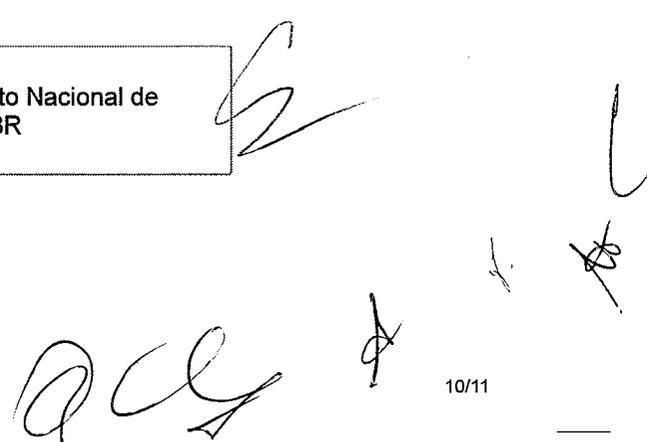
**Aprovado até:** 02/03/2029 09:00:04 BRT

**Expirado (LCR):**Não

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de  
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true



**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 02/03/2016 10:01:38 BRT

**Aprovado até:** 02/03/2029 20:59:38 BRT

Atributos usados
------------------

**ATRIBUTOS OBRIGATÓRIOS:**

**Nome do atributo:** IdMessageDigest

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** IdContentType

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** IdAaEtsSigPolicyId

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** IdAaSigningCertificateV2

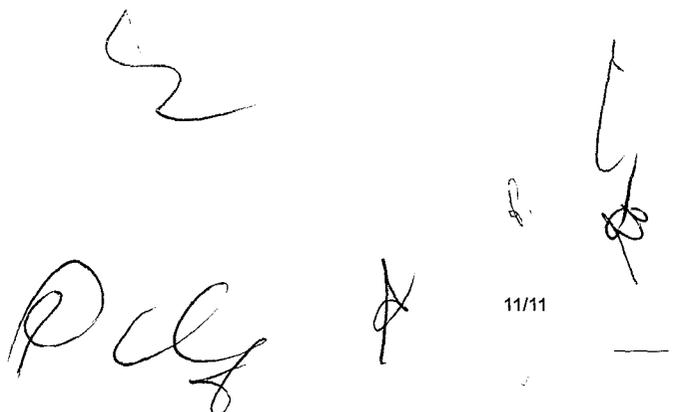
**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** SignatureDictionary

**Corretude:** Valid

**Nome do atributo:** BrExtMandatedPdfSigDicEntries

**Corretude:** Valid





CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

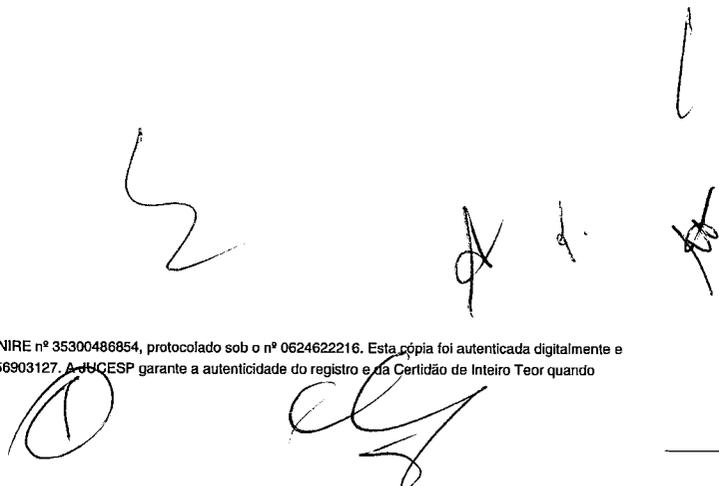
DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL CM HOSPITALAR S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300486854	CNPJ 12.420.164/0001-57	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 359.038/21-9	DATA DO ARQUIVAMENTO 28/07/2021
DADOS DA CERTIDÃO			
DATA DE EXPEDIÇÃO 11/08/2021	HORA DE EXPEDIÇÃO 11:10:23	CÓDIGO DE CONTROLE 156903127	
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO SITIO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR			

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 11/08/2021 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA  
CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP  
BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001-M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE,  
SEGURANÇA E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES  
DE APLICATIVOS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTENTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).







O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 9 de agosto de 2022 13:16:34 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil



# JUCESP PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8AFC-DA4D-98AF-64A4> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 8AFC-DA4D-98AF-64A4**



### Hash do Documento

4ADC0381E4DD73F318B28A19F958A049FACD66F969AEF0B1B610A1E4BDB1FC69

Nome(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/07/2021 é(são) :

GUI LHERME FONSECA GOULART - 279.285.928-86 em

13/07/2021 18:59 UTC-03:00

**Nome no certificado:** Guilherme Fonseca Goulart

**Tipo:** Certificado Digital



Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 9 de agosto de 2022, 13:16:34 GMT-03:00, CNS: 12.14667 - Oficial do Registro Civil das Empresas Naturais e de Interiores e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.portaldeassinaturas.com.br/autenticidade](https://www.portaldeassinaturas.com.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provedor n.º 100/2020 CNJ - artigo 22.

**CONVÊNIO**  
F. R. Ribeirão Preto

JUCESP  
Ribeirão Preto  
CM HOSPITALAR S.A.  
NIRE: 35.300.486.854  
CNPJ: 12.420.164/0001-57

ESP  
3-ACIRP  
RIBEIRÃO PRETO  
IL. 2021 ★  
COLO

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021**

**DATA, HORA E LOCAL:** Às 18 horas, no dia 17 de março de 2021, na sede da CM HOSPITALAR S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

**PRESENÇA E CONVOCAÇÃO:** Dispensadas todas as formalidades de convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas.

**MESA:** Leonardo Almeida Byrro - Presidente; Joseane Correia - Secretária.

**LEITURA DE DOCUMENTOS:** Dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária, uma vez que referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia.

**ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a renúncia de membros do Conselho de Administração da Companhia; (ii) a eleição de um novo membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia; (iv) a alteração e consolidação do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"); (v) a aprovação do Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia; (vi) a retificação da remuneração global anual da administração para o exercício social de 2021, deliberada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de fevereiro de 2021 ("AGO de 03/02/2021"); e (vii) a autorização para que os administradores tomem todas as medidas necessárias para implementação dessas deliberações.

**DELIBERAÇÕES:** Diante da ausência do Presidente do Conselho de Administração, os acionistas elegeram Leonardo de Almeida Byrro, Diretor Presidente da Companhia, e Joseane Correia, para comporem a mesa da presente Assembleia Geral na qualidade de presidente e secretária, respectivamente, conforme disposto no art. 7º, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia. Ato contínuo, os acionistas decidiram, por unanimidade, em quaisquer ressalvas ou restrições:

- (i) A aceitação da renúncia: (a) da Sra. **Camila Goulart Mafra Terra**, brasileira, solteira, administradora, portadora do documento de identidade RG nº 48.704.155-0, inscrita no CPF/ME sob o nº 341.305.718-93, residente e domiciliada na cidade de Bonfim Paulista, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 328 KM 310,9, Condomínio Country Village, Casa 20, CEP 14110-000, eleita como membro do Conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 02 de fevereiro de 2021; e (b) do Sr. **Carlos Alberto Mafra Júnior**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do documento de identidade RG nº 47.874.394-4, inscrito no CPF/ME sob o nº 341.309.078-08, residente e domiciliado na cidade de Bonfim Paulista, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 328, KM 310,9, Condomínio Country Village,

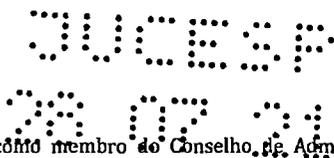
Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código CBC03-430F-BCCE-BB00.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BB00.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucespnet.sp.gov.br](http://www.jucespnet.sp.gov.br).

JUCESP  
Estado de São Paulo

Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 9 de agosto de 2022 13:16:34 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Empresas Naturais e de Interiores e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.portaldeassinaturas.com.br](https://www.portaldeassinaturas.com.br) ou pelo endereço eletrônico [www.jucespnet.sp.gov.br/autenticidade](https://www.jucespnet.sp.gov.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provedor nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



Casa 20, CEP 14110-000, eleito como membro do Conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 02 de fevereiro de 2021.

Os membros do Conselho de Administração ora renunciantes declaram não existir qualquer obrigação pendente entre eles e a Companhia e afirmam ainda não haver nada a reclamar da mesma, a qualquer tempo, a qualquer título, com relação a todo e qualquer ato ou omissão durante o prazo em que exerceram os cargos de membros do Conselho de Administração, dando à Companhia plena, geral, irrevogável e irretratável quitação.

(ii) eleição do seguinte membro para o Conselho de Administração da Companhia com mandato unificado contado da presente data até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberará sobre suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 31 de dezembro de 2021, a saber:

**Sr. Paulo Sergio Cruz Dortas Matos**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 01078914-68 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 219.961.055-15, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço na Rua Bernardino Machado, nº 403, Granja Julieta, CEP 04722-120, como **membro independente** do Conselho de Administração da Companhia, conforme os critérios de independência estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado.

O membro ora eleito será empossado em seu cargo, mediante assinatura no respectivo termo de posse, lavrado no "Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração" e apresentação da declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável.

(iii) Ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia com os seguintes membros: (a) **Sr. Mário Ayres Cunha Ribeiro**, como Presidente do Conselho de Administração; (b) **Sr. Thayan Nascimento Hartmann**, como membro do Conselho de Administração; (c) **Sr. Luiz Felipe Duarte Martins Costa**, como membro do Conselho de Administração; (d) **Sr. Ricardo Pechinho Hallack**, como membro independente do Conselho de Administração; e (e) **Sr. Paulo Sergio Cruz Dortas Matos**, como membro independente do Conselho de Administração.

(iv) A aprovação da reforma e consolidação do Estatuto Social, nos termos do **Anexo I** à presente ata, para cumprir com as exigências feitas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no âmbito do processo de registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" e da listagem no segmento especial de negociação de valores mobiliários denominado Novo Mercado ("Registro de Emissor de Valores Mobiliários"), bem como para realizar ajustes pontuais na redação de determinados artigos.

(v) A aprovação do Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia, conforme **Anexo II** da presente ata.

(vi) A retificação da remuneração global anual da administração para o exercício social de 31 de dezembro de 2021 para R\$ 263.000.000,00 (duzentos e sessenta e três milhões de reais), já considerando todos os encargos legais; e

(vii) A autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias para implementação das deliberações ora aprovadas.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br>:443 e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br>:443 e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucespnet.sp.gov.br](http://www.jucespnet.sp.gov.br).



JUCESP  
28 07 21

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, para lavratura desta ata, que, lida, conferida e aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, foi assinada pelos acionistas presentes. **Ribeirão Preto, 16 de março de 2021.** Leonardo Almeida Byrro – Presidente; Joseane Correia – Secretária. Acionistas Presentes: Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Genoma I, Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Carlos Alberto Mafra e Consolação Goulart Terra.

*(Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio)*

Mesa:

\_\_\_\_\_  
**Leonardo Almeida Byrro**  
Presidente

\_\_\_\_\_  
**Joseane Correia**  
Secretária



Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCOE-BBCO.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCOE-BBCO.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

**JUCESP**  
**ANEXO I ATA DE ASSEMBLEIA GERAL**  
**EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021**

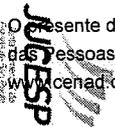
**Estatuto Social**

*(este anexo inicia-se na próxima página)*

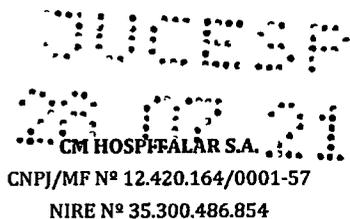
Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35390488954, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHINI - Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 9 de agosto de 2022 13:16:34 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br)/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



CNPJ/MF Nº 12.420.164/0001-57

NIRE Nº 35.300.486.854

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - A CM HOSPITALAR S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

**Parágrafo Único** - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Novo Mercado.

**Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055.

**Parágrafo Único** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir e encerrar filiais ou outras dependências no país ou no exterior.

**Artigo 3º** - O objeto social da Companhia compreende exportar, importar, representar, armazenar, distribuir e expedir medicamentos, inclusive o controle especial, e o comércio atacadista em geral, com atuação principalmente no comércio atacadista de produtos para saúde; o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalares e laboratoriais; comércio atacadista de saneantes, compreendendo o comércio atacadista de higiene e limpeza e conservação domiciliar, com ou sem acondicionamento associado; comércio atacadista de vacinas para uso humano; comércio atacadista de dietas e leites nutricionais; comércio atacadista de cosméticos; atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de todo tipo de produto (sólidos, líquidos e gasosos), por conta de terceiros, exceto com emissão de warrants; atividades de embalar e reembalar produtos para saúde e correlatos; comércio atacadista de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos; transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual das mercadorias referidas nas demais atividades da matriz e das filiais; a locação de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; a prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo e central de negócios, bem como deter participação em outras sociedades.

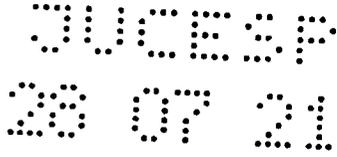
**Parágrafo Único** - O exercício, pela matriz e por suas filiais, das atividades acima indicadas e que constituem o objeto social da sociedade será realizado mediante transporte próprio ou terceirizado, sendo que este transporte rodoviário de cargas poderá ser realizado no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual.

**Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



## CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E ACIONISTAS

**Artigo 5º** - O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 969.594.089,51 (novecentos e sessenta e nove milhões e quinhentos e noventa e quatro mil e oitenta e nove reais e cinquenta e um centavos), divididos em 245.889.944 (duzentos e quarenta e cinco milhões e oitocentas e oitenta e nove mil e novecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

**Parágrafo 2º** - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 1.289.221.800 (um bilhão, duzentas e oitenta e nove milhões, duzentas e vinte e uma mil e oitocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

**Parágrafo 3º** - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

**Parágrafo 4º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá um só proprietário para cada ação. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

**Parágrafo 5º** - Mediante a aprovação prévia do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações, observada a regulamentação aplicável. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme decidido pelo Conselho de Administração, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e disposições aplicáveis.

**Parágrafo 6º** - É vedado à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

**Parágrafo 7º** - As ações da Companhia serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, sem emissão de certificados. A instituição escrituradora poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



**Artigo 6º** - A Companhia poderá emitir ações, debêntures convertíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único** - Nos casos previstos em lei, o acionista poderá retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações, calculado com base no valor de patrimônio líquido das ações de sua titularidade e no último balanço aprovado pela assembleia geral.

### CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

**Artigo 7º** - A assembleia geral de acionistas ("Assembleia Geral") realizar-se-á na sede da Companhia, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as disposições aplicáveis da lei e deste estatuto.

**Parágrafo 1º** - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais serão convocadas pelo presidente do conselho de administração da Companhia ou, na sua ausência, pelo Diretor Presidente. As Assembleias Gerais deverão ser convocadas nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, contados da publicação do primeiro anúncio de convocação; não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização da Assembleia Geral. Independentemente das formalidades referentes à convocação de assembleias gerais aqui previstas, será regular a assembleia geral a que comparecerem todos os Acionistas.

**Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, salvo quando a lei ou a regulamentação aplicável exigir quórum mais elevado e observadas as disposições deste Estatuto Social; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

**Parágrafo 3º** - As Assembleias Gerais serão presididas pelo presidente do conselho de administração da Companhia ou, na ausência deste, por outro conselheiro ou outra pessoa indicada pela maioria dos acionistas presentes à assembleia geral da Companhia, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo presidente da Assembleia Geral.

**Parágrafo 4º** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 9 de agosto de 2022 13:16:34 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenaj.org.br/autenticidade](http://www.cenaj.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provedor nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



**Parágrafo 5º** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores nomeados na forma do Parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 8º** - Sem prejuízo às outras matérias previstas em lei e na regulamentação aplicável, a Assembleia Geral terá as seguintes atribuições:

- (i) quaisquer alterações a este Estatuto Social;
- (ii) transformação da Companhia em outro tipo societário;
- (iii) a participação em grupo de sociedades;
- (iv) a dissolução, liquidação e/ou extinção da Companhia, eleição dos liquidantes, julgamento de suas contas, bem como cessação do estado de liquidação da Companhia;
- (v) autorização aos administradores para confessar falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como eleição e destituição de liquidante;
- (vi) fixação da remuneração anual global dos membros da administração da Companhia;
- (vii) resgate, amortização, conversão, desdobramento ou grupamento de ações de emissão da Companhia;
- (viii) aprovação da destinação do lucro líquido e do orçamento de capital da Companhia, que deverá observar sempre o orçamento aprovado da Companhia;
- (ix) qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, ou outra operação com efeitos similares, incluindo qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer de seus ativos (incluindo-se *drop down*) ou a absorção do acervo resultante de reorganização societária de qualquer sociedade pela Companhia;
- (x) aumento do capital social acima do limite do capital autorizado ou redução do capital social da Companhia, com ou sem a emissão de novas ações;
- (xi) emissão de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ou quotas (inclusive de suas subsidiárias), incluindo bônus de subscrição, acima do limite do capital autorizado; e
- (xii) aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



JUCESP  
CAPÍTULO IV  
ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Gerais

**Artigo 9º** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com a Leis das S.A. e com este Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** - Os membros dos órgãos da administração deverão observar, no que for aplicável, as disposições dos Acordos de Acionistas arquivados na sede social da Companhia. Não serão computados os votos proferidos nas reuniões dos órgãos da administração da Companhia em violação ao disposto em tais acordos.

**Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração é o órgão deliberativo da Companhia e a Diretoria tem competência exclusiva para representar a Companhia.

**Parágrafo 3º** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo 4º** - A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, nos termos do Artigo 8º, item (vi) acima, e o Conselho de Administração deverá distribuir tal montante entre os membros da administração.

**Parágrafo 5º** - A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 35 deste Estatuto Social.

**Parágrafo 6º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e do Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Seção II - Conselho de Administração

**Artigo 10** - A Companhia terá um Conselho de Administração composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 07 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho de Administração ficam dispensados de apresentar caução em garantia de sua gestão.

**Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração terá um Presidente que será designado pela Assembleia Geral que eleger os membros do órgão.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



**Parágrafo 3º** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os elegeer.

**Parágrafo 4º** - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Artigo 11** - O Conselho de Administração reunir-se-á, no mínimo, mensalmente, mediante convocação de seu Presidente ou, se os interesses sociais da Companhia assim exigirem, por qualquer membro do Conselho de Administração, podendo, ainda, os membros do Conselho de Administração determinar periodicidade inferior, caso julguem necessário.

**Artigo 12** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. A convocação pode ser feita por meio de e-mail (mediante confirmação de recebimento, ainda que automática) ou carta entregue em mãos, enviada pelo presidente do Conselho de Administração, do qual constará local, dia, hora e ordem do dia da reunião.

**Parágrafo Único** - Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto e na legislação vigente, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

**Artigo 13** - As reuniões do Conselho de Administração da Companhia só serão validamente instaladas com a presença da maioria de seus membros, pessoalmente ou na forma do Parágrafo 1º abaixo. No caso de não instalação da reunião do Conselho de Administração da Companhia por insuficiência do quórum de instalação, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar nova reunião.

**Parágrafo 1º** - Será considerado presente às reuniões do conselho de administração, o conselheiro que: (i) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração; (ii) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração, via fac-símile, correio eletrônico (mediante confirmação automática de recebimento), carta registrada ou carta entregue em mãos, com protocolo de entrega; ou (iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados. No caso de reunião realizada por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, o membro do Conselho de Administração que participou remotamente da reunião deverá confirmar seu voto, por meio de carta, correio eletrônico (mediante confirmação automática de recebimento) ou fac-símile entregue ao presidente do Conselho de Administração, imediatamente após a reunião.

**Parágrafo 2º** - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas por conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

**Parágrafo 3º** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração. Em caso de empate na votação de qualquer deliberação, o presidente do conselho de administração deverá preferir o voto de minerva, que decidirá a deliberação.

**Parágrafo 4º** - No caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira assembleia geral da Companhia. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a assembleia geral será convocada para proceder a nova eleição.

**Artigo 14** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas preferencialmente na sede da Companhia.

**Parágrafo 1º** - Ao término de cada reunião será lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo 2º** - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

**Artigo 15** - O Conselho de Administração deverá estabelecer as diretrizes básicas para as políticas gerais da Companhia e suas subsidiárias, bem como verificar e monitorar a sua implementação pela Diretoria, sendo de sua competência e responsabilidade deliberar sobre as matérias descritas nos Parágrafos 1º a 3º abaixo, observadas a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação aplicável:

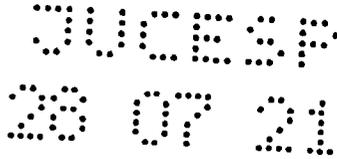
**Parágrafo 1º** - Compete ao Conselho de Administração aprovar as seguintes matérias, sem prejuízo de outras previstas na lei, na regulamentação e neste Estatuto:

- (i) declaração ou distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como declaração de dividendos intercalares à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes em balanços levantados em períodos menores, com relação à Companhia e suas subsidiárias;
- (ii) o estabelecimento de qualquer obrigação sobre os ativos da Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, fora do curso normal de seus negócios e não estabelecida no orçamento, desde que abordem negócios jurídicos relacionados à consecução do interesse social da Companhia, ressalvadas as obrigações assumidas no âmbito de novos investimentos, aquisições ou associações realizadas pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, observadas as demais limitações aqui previstas;

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



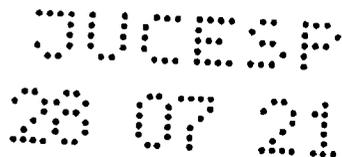
- (lii) a concessão de mútuos, empréstimos ou adiantamentos para futuros aumentos de capital, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, exceto pela concessão de mútuos, empréstimos ou adiantamentos para futuros aumentos de capital em favor de qualquer das subsidiárias; e
- (iv) a aprovação da aquisição, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, de suas próprias ações, quotas ou outros valores mobiliários de sua emissão, observada a regulamentação aplicável;
- (v) investimentos, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, em novos negócios ou o estabelecimento de qualquer parceria, joint venture, associação ou aliança similar com terceiros, aquisição, promessa de aquisição, investimento ou promessa de investimento no capital social de qualquer outra pessoa jurídica, ou a constituição de ônus ou alienação de participação no capital social de qualquer sociedade;
- (vi) a aprovação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer investimento de capital (capex) não previsto no orçamento, que, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses;
- (vii) a aprovação de contratação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de despesas ou compras não previstas no orçamento, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses, exceto pelas aquisições de produtos e/ou estoque realizadas no curso normal de seus negócios;
- (viii) a venda ou alienação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer ativo não circulante não previsto no orçamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses;
- (ix) a aprovação de qualquer operação de contratação de dívida (incluindo contratos financeiros, contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, extensão de crédito, financiamentos, arrendamentos mercantis ou leasing, *comprar, vender* e desconto de recebíveis), celebração de contrato ou negócio jurídico que resulte na assunção direta ou indireta de quaisquer obrigações (incluindo de passivos fiscais e/ou trabalhistas), pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias cujo valor, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- (x) a aprovação da emissão de debêntures não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, bonds, notes e quaisquer outros títulos de dívida de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, bem como sobre a recompra, repactuação, resgate e/ou cancelamento de quaisquer títulos e valores mobiliários referidos neste item;
- (xi) a contratação de operações com partes relacionadas pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias;

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.



Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

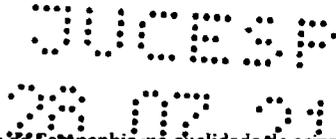


- (xii) a modificação da política de remuneração e/ou da remuneração individual dos administradores da Companhia ou de suas subsidiárias;
- (xiii) manifestação sobre as contas anuais da diretoria, das demonstrações financeiras anuais e intermediárias auditadas e/ou revisadas pelo auditor independente, da proposta de retenção de lucros com base em orçamento de capital, recomendando à assembleia geral sua aprovação ou não;
- (xiv) a aprovação e a alteração de política de planos de participação ou distribuição de lucros a administradores ou empregados da Companhia e das suas subsidiárias, incluindo bônus, distribuição de lucros, *phantom stock* e programas de incentivo à remuneração, caso referidos benefícios resultem na distribuição de proventos superiores a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, no período a que se referirem;
- (xv) a eleição, substituição e destituição do auditor independente da Companhia ou de suas subsidiárias;
- (xvi) a aprovação do plano de negócios e do orçamento da Companhia, bem como as eventuais alterações em relação ao orçamento aprovado e em vigor, sempre que os valores indicados no orçamento ou nas eventuais alterações representem desvios superiores a 20% (vinte por cento) em relação aos valores previstos no plano de negócios;
- (xvii) a concessão de qualquer garantia real ou fidejussória, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias a qualquer terceiro, desde que abordem negócios jurídicos relacionados à consecução do interesse social da Companhia;
- (xviii) a aprovação da celebração de qualquer novo acordo de acionistas ou ajuste ou similar envolvendo qualquer de suas subsidiárias;
- (xix) a aprovação da celebração, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer contrato que represente cessão ou transferência de tecnologia, *know how* e assistência técnica com terceiros, não contemplado no orçamento;
- (xx) aprovação da contratação dos seguros para administradores, bem como seus termos e condições das respectivas apólices;
- (xxi) a aprovação para a outorga de mandato para representação da Companhia (a) perante qualquer instituição financeira (incluindo para movimentação de contas, investimentos ou desinvestimentos, emissão de cheques ou outros títulos, contratação de capital de giro, empréstimo ou outras dívidas); e/ou (b) para assunção de obrigações fora do curso normal dos negócios; e/ou (c) para cessão, transferência, oneração ou alienação de ativos (exceto com relação ao estoque no curso normal dos negócios da Companhia);

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



(xxii) aprovação do voto da Companhia, na qualidade de acionista, quotista ou participante das subsidiárias, associações ou joint ventures, em relação às matérias listadas neste Parágrafo 1º do Artigo 15.

(xxiii) a aprovação da política de reinvestimentos da Companhia, da declaração e fixação das condições de pagamento de quaisquer proventos aos acionistas pela Companhia, exceto pelo disposto no Artigo 15, Parágrafo 1º, item (i);

(xxiv) aprovação e alteração de programas de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração, diretores ou funcionários da Companhia, de acordo com os planos de opção de compra de ações aprovados pela assembleia geral da Companhia;

(xxv) outorgar opção de compra de ações aos membros do Conselho de Administração, Diretores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral e de programas aprovados pelo Conselho de Administração, conforme item (xxiv) acima, em todos os casos respeitada a remuneração global aprovada em Assembleia Geral; e

(xxvi) elaboração e divulgação de parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição, que deverá abordar, no mínimo: (a) sobre a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado.

**Parágrafo 2º** - Os limites de valores indicados no Parágrafo 1º acima (i) devem ser sempre calculados de forma combinada para a Companhia e suas subsidiárias em questão, considerando, portanto, a soma dos valores de todas as sociedades; e (ii) serão corrigidos anualmente com base na variação positiva do IPCA.

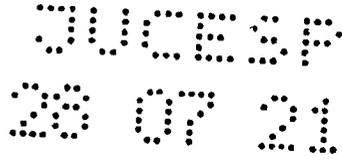
### Seção III - Comitês

**Artigo 16** – O Conselho de Administração instalará um Comitê de Auditoria vinculado a ele, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - O Comitê de Auditoria deve adotar um regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, que disciplinara detalhadamente as funções do Comitê de Auditoria, bem como seus procedimentos operacionais, definindo, ainda, as atividades do coordenador do Comitê de Auditoria.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.



**Parágrafo 2º** - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao conselho de administração, é composto por, no mínimo, 03 (três) membros, eleitos pela maioria do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) membro é conselheiro independente e ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, podendo o mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características.

**Parágrafo 3º** - As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 4º** - Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

#### Seção IV - Diretoria Executiva

**Artigo 17** - A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, e, no máximo, 8 (oito) membros, incluindo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, permitida a cumulação de cargos e a reeleição. Expirado o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus substitutos.

**Parágrafo 1º** - No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pelo Conselho de Administração.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBCO.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBCO.



**Parágrafo 2º** - A remuneração dos Diretores será fixada pelo Conselho de Administração a partir do montante global definido em Assembleia Geral, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

**Artigo 18** - A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais, exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito, emitir e endossar cheques, abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis, observadas as matérias que dependem de aprovação do Conselho de Administração e a competência específica do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro e do Diretor de Relação com Investidores, conforme estabelecido nos parágrafos abaixo.

**Parágrafo 1º** - Ao Diretor Presidente compete, além das demais atribuições mencionadas neste Estatuto Social:

- (i) superintender e dirigir as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos demais membros da Diretoria;
- (ii) dirigir e supervisionar as políticas de estratégia organizacional, gerencial e de pessoal da Companhia; e
- (iii) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria.

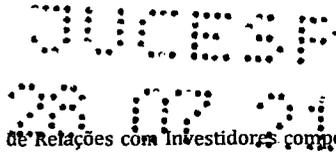
**Parágrafo 2º** - Ao Diretor Financeiro compete, além das demais atribuições mencionadas neste Estatuto Social:

- (i) a gestão financeira e do sistema de custos da Companhia;
- (ii) a elaboração do processo orçamentário, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- (iii) o controle das obrigações tributárias e fiscais;
- (iv) o planejamento econômico-financeiro, inclusive análise de projetos e investimentos, análise do ambiente macroeconômico e projeções de longo prazo;
- (v) a supervisão e envio de informações à auditoria externa; e
- (vi) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



**Parágrafo 3º** - Ao Diretor de Relações com Investidores compete, além das demais atribuições mencionadas neste Estatuto Social:

(i) representar institucionalmente a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, as bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como as entidades de regulação e auto regulação e fiscalização correspondentes e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; e

(ii) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e auto regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

**Parágrafo 4º** - Os Diretores sem designação específica terão as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência de o Diretor Presidente fixar-lhe outras atribuições não conflitantes.

**Artigo 19** - Sem prejuízo do disposto no Artigo 15, Parágrafo 1º, item (xxi), a Companhia somente será representada, (i) pela assinatura conjunta de dois Diretores; (ii) pela assinatura conjunta de um Diretor e um procurador; (iii) pela assinatura isolada de um Diretor, desde que expressamente e especificamente autorizado pelo Conselho de Administração para assinatura de determinados documentos, nos termos de ata de Reunião do Conselho de Administração lavrada no livro próprio; (iv) pela assinatura isolada de um procurador; e (v) pela assinatura conjunta de dois ou mais procuradores.

**Parágrafo Único** - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por 2 (dois) diretores em conjunto, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a 1 (um) ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado.

#### Seção V - Conselho Fiscal

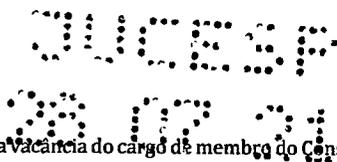
**Artigo 20** - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

**Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.



**Parágrafo 2º** - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

**Artigo 21** - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

**Parágrafo Único** - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros do Conselho Fiscal presentes.

### **Capítulo V - Exercício Social, do Balanço e dos Lucros**

**Artigo 22** - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 23** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia exigidas por lei, com observância dos preceitos legais pertinentes.

**Artigo 24** - Dos lucros líquidos verificados, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, desde que tenha sido distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 30% (trinta por cento) na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único** - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, (i) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (ii) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, ou juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (iii) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

**Artigo 25** - Os dividendos ou juros sobre o capital próprio serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de deliberação de seu pagamento, prescrevendo o direito ao seu recebimento por parte do acionista que não o exercer, no prazo de 3 (três) anos, a contar da data de início de pagamento de cada dividendo ou juros.

**Artigo 26** - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

## JUCESP

### Capítulo VI - Liquidação e Dissolução da Companhia

**Artigo 27** - A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

### Capítulo VII - Alienação de Controle

**Artigo 28** - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

### Capítulo VIII - Oferta Pública de Aquisição por Concentração de Ações

**Artigo 29** - Qualquer Acionista Comprador que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo (a) de ações de emissão da Companhia; ou (b) de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social ("**Participação Relevante**") deverá, salvo dispensa da assembleia geral por maioria absoluta de votos conforme item (v) do Parágrafo 6º deste Artigo, efetivar uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("**OPA**"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste Artigo. O Acionista Comprador deverá solicitar o registro da referida OPA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.

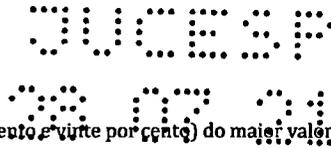
**Parágrafo 1º** - A OPA deverá ser (a) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (b) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (c) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, e (d) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

**Parágrafo 2º** - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação ("**Valor Econômico**"); (ii) 120% (cento e vinte por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 29, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucespnet.org.br](http://www.jucespnet.org.br).



Companhia e (iv) 120% (cento e vinte por cento) do maior valor pago pelo Acionista Comprador por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 29. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

**Parágrafo 3º** - A realização da OPA mencionada no caput deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Parágrafo 4º** - O Acionista Comprador deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

**Parágrafo 5º** - Na hipótese do Acionista Comprador não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Comprador não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Comprador que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Comprador por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

**Parágrafo 6º** - O disposto neste Artigo não se aplica:

- (i) aos acionistas controladores da Companhia e aos acionistas ou quotistas indiretos dos acionistas controladores, identificados como tal na Seção 15 do Formulário de Referência da Companhia divulgado como anexo do prospecto definitivo da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("Data Base") (em conjunto, "Acionistas Controladores");
- (ii) aos Sucessores de qualquer Pessoa referida no item (i) deste Parágrafo, bem como aos seus respectivos Sucessores e assim sucessivamente;
- (iii) a qualquer transferência de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos (a) entre qualquer Pessoa referida nos itens (i) e (ii) deste Parágrafo, e (b) para qualquer Sucessor de qualquer Pessoa referida nos itens (i) e (ii) deste Parágrafo;
- (iv) a qualquer Pessoa ou Grupo de Pessoas que: (a) adquira ou receba, direta ou indiretamente, a qualquer título, por meio de operação cursada fora de ambiente de bolsa, qualquer quantidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de qualquer das

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucespnet.org.br](http://www.jucespnet.org.br).



# JUCESP

## do SP

Pessoas identificadas nos itens (i) e (ii) deste Parágrafo nos termos de contrato celebrado com um ou mais Acionistas Controladores; ou (b) celebre, a partir da Data Base, novo acordo de acionistas do qual também seja(m) parte Acionista(s) Controlador(es) que, em conjunto com tal Pessoa ou Grupo de Pessoas, representem mais da metade das ações de emissão da Companhia, ou (c) adquira ações de emissão da Companhia no âmbito de oferta pública exclusivamente secundária, na qual apenas Acionista(s) Controlador(es) aliene(m) ações de emissão da Companhia, observadas, nas hipóteses das alíneas (a), (b) e (c) deste item (iv), as regras aplicáveis relativas à alienação de controle da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social;

(v) a qualquer caso de aquisição de Participação Relevante dispensado de OPA prevista neste Artigo por maioria absoluta de votos de acionistas reunidos em Assembleia Geral, em que o Acionista Comprador não terá direito a voto;

(vi) a qualquer Pessoa ou Grupo de Pessoas que atinja a Participação Relevante:

(a) por meio de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, desde que, em tal oferta pública, tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao preço da OPA por atingimento de Participação Relevante;

(b) de forma involuntária, como resultado de resgate, cancelamento, recompra ou grupamento de ações;

(c) por meio de subscrição de ações de emissão da Companhia, seja via direito de preferência ou prioridade ou por meio da cessão desses direitos pelos acionistas, no contexto de uma única emissão primária de ações, aprovada em assembleia geral de acionistas da Companhia ou reunião do Conselho de Administração, ou ainda no rateio e/ou leilão de sobras relativos a essa emissão primária, se for o caso;

(d) por meio de aquisição de ações de emissão da Companhia no contexto de uma única oferta pública de ações de emissão da Companhia, quando tal oferta for exclusivamente primária;

(e) em decorrência de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;

(f) em decorrência de: (x) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de Pessoa ou Grupo de Pessoas detentor de Participação Relevante, ou (y) transferência para trust ou entidade fiduciária similar, tendo por beneficiário a própria Pessoa ou Grupo de Pessoas detentor de Participação Relevante, seus descendentes ou seu cônjuge; e

(g) em decorrência de dissolução e liquidação de participação ou qualquer outra hipótese de sucessão universal.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

# JUCESP

## 28 07 21

**Parágrafo 7º** - Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital total descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

**Parágrafo 8º** - O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo 2º acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Comprador.

**Parágrafo 9º** - Para fins exclusivos deste Artigo 29, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

**"Afiada"** significa, em relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa que, direta ou indiretamente, controle tal Pessoa, seja controlada por tal Pessoa ou esteja sob controle comum com tal Pessoa (i.e., mesmo controlador), e, especificamente com relação a qualquer entidade sem personalidade jurídica ou fundo de investimento, cujas quotas sejam detidas em sua maioria pela Pessoa em questão ou Afiada sua ou em que a Pessoa em questão ou Afiada sua detenha poderes de influenciar de modo determinante a gestão do respectivo fundo de investimento/entidade sem personalidade jurídica. Em relação aos Acionistas Controladores, para efeitos deste Artigo 29, qualquer Afiada de um deles será considerada como sendo igualmente de todos os demais.

**"Acionista Comprador"** significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Pessoas.

**"Grupo de Pessoas"** significa o conjunto de duas ou mais Pessoas: (i) vinculadas por acordos de voto, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum, direta ou indiretamente; (ii) entre as quais haja relação de controle, direto ou indireto; (iii) que estejam sob controle comum, direto ou indireto; (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando interesse comum, sendo certo que os Acionistas Controladores não serão considerados integrantes de qualquer Grupo de Pessoas. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma Pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra Pessoa; e (b) duas Pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das duas Pessoas. Quaisquer sociedades,

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucespnet.org.br](http://www.jucespnet.org.br).

# JUCESP de SP

associações, joint-ventures, fundações, clubes de investimento, condomínios, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento serão considerados parte de um mesmo Grupo de Pessoas sempre que tiverem os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores estejam sob controle comum, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador ou gestor comum, somente serão considerados como um Grupo de Pessoas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador ou gestor, em caráter discricionário.

"**Outros Direitos**" significa qualquer (a) usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia; (b) opção ou direito de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possa resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (c) derivativo referenciado em ações de emissão da Companhia que preveja a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (d) outro direito que assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia, observado que não são considerados "Outros Direitos" (1) a titularidade de bônus de subscrição ou de debêntures conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, até o seu efetivo exercício, conversão ou permuta (quando quaisquer ações recebidas em decorrência de seu exercício, conversão ou permuta serão computadas para fins deste Artigo), e (2) a constituição de garantia sobre ações de emissão da Companhia

"**Pessoa**" significa qualquer pessoa natural ou jurídica, sociedade, associação, joint venture, fundação, clube de investimento, condomínio, cooperativa, trust, fundo ou carteira de investimentos, universalidade de direitos ou qualquer outra forma de organização ou empreendimento, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior; e

"**Sucessor(es)**" significa, com relação a qualquer Pessoa, seus respectivos herdeiros, sucessores e cônjuges ou companheiros, cotistas, sócios e investidores, a qualquer título, incluindo como resultado de reorganizações societárias, em sucessão legítima ou testamentária, antecipação de legítima, doações, meações ou partilhas (inclusive por divórcios ou separações consensuais) ou planejamentos sucessórios (tais como transferência para trust ou entidade fiduciária similar), bem como as respectivas Afiliadas de tais Pessoas.

**Artigo 30** - É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma finalidade prevista neste Estatuto Social ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

**Artigo 31** - A Companhia, no caso de cancelamento do registro de companhia aberta, ou os acionistas responsáveis pela realização da OPA, conforme assim definidos neste Estatuto Social e/ou nas demais regulamentações expedidas pela CVM, poderão viabilizar a sua efetivação por intermédio de terceiros, sem

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

*(Handwritten signatures and initials)*

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 9 de agosto de 2022 13:16:34 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Intenções e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenact.org.br/autenticidade](https://www.cenact.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

JUCESP

JUCESP

que isso signifique qualquer exoneração da obrigação de realizar a OPA pela Companhia e/ou pelos acionistas responsáveis, conforme o caso, sempre com observância das regras aplicáveis.

#### Capítulo IX – Disposições Gerais

**Artigo 32** - A Companhia disponibilizará aos seus acionistas, sempre que assim solicitado, acesso a eventuais contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas, acordos de acionistas dos quais a Companhia venha a ser signatária, bem como eventuais programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

**Artigo 33** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 34** - A Companhia deverá observar qualquer acordo de acionistas eventualmente arquivado em sua sede (“Acordo de Acionistas”), devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências ou onerações de ações a qualquer título, e o Presidente da Assembleia Geral e das reuniões do Conselho de Administração deverão abster-se de computar votos contrários aos termos dos Acordos de Acionistas eventualmente arquivados na sede da Companhia, conforme o Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

#### Capítulo X – Arbitragem

**Artigo 35** - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

\*\*\*\*\*

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBCO.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBCO.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 062462216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



**JUCESP**  
**ANEXO II ATA DE ASSEMBLEIA GERAL**  
**EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021**

**PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO COM AÇÕES RESTRITAS**  
**CM HOSPITALAR S.A.**  
**NIRE: 35.300.486.854**  
**CNPJ: 12.420.164/0001-57**

O presente Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas é regido pelas disposições abaixo.

## 1. Definições

1.1. As expressões abaixo, quando usadas aqui com iniciais em letra maiúscula, terão os significados a elas atribuídos a seguir, salvo se expressamente previsto em contrário:

**"Ações Restritas"** significa as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia outorgadas aos Participantes e sujeitas às restrições previstas no presente Plano, Programa e/ou no respectivo Contrato de Outorga;

**"B3"** significa B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;

**"Companhia"** significa CM Hospitalar S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055, na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.420.164/0001-57;

**"Conselho de Administração"** significa o Conselho de Administração da Companhia;

**"Contrato de Outorga"** significa o instrumento particular de outorga das Ações Restritas a ser celebrado entre a Companhia e o Participante, por meio do qual a Companhia outorga Ações Restritas ao Participante;

**"Desligamento"** significa o término da relação jurídica do diretor, membro do Conselho de Administração, gerente ou empregado da Companhia, por qualquer motivo, incluindo, mas não limitando, renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente e falecimento;

**"ICVM 567"** significa a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 567, de 17 de setembro de 2015.

**"IRRF"** significa Imposto sobre a Renda Retido na Fonte;

**"Participantes"** significam os diretores, membros do Conselho de Administração, gerentes e empregados da Companhia, em favor dos quais a Companhia outorgar uma ou mais Ações Restritas, nos termos deste Plano;

**"Plano"** significa o presente Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas;

**"Programa"** significa cada programa de outorga de Ações Restritas que será criado, aprovado e/ou cancelado pelo Conselho de Administração, através do qual o Conselho de Administração definirá os Participantes, a quantidade de Ações Restritas a ser outorgada a cada Participante e os demais termos e condições aplicáveis, em linha com os termos e condições deste Plano.

## 2. Objetivos do Plano

2.1. O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas aos Participantes selecionados pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair e reter os diretores, membros do Conselho de Administração, gerentes e empregados da Companhia e de suas Controladas; (ii) conceder aos Participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um

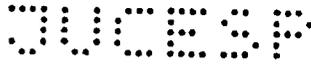
Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucespnet.sp.gov.br](http://www.jucespnet.sp.gov.br).



Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 9 de agosto de 2022 13:16:34 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Intenções e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.portaldeassinaturas.com.br/autenticidade](https://www.portaldeassinaturas.com.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) desenvolver os objetos sociais da Companhia e os interesses dos acionistas.

### 3. Participantes

3.1. Caberá ao Conselho de Administração selecionar os Participantes que participarão do Plano.

### 4. Administração do Plano

4.1. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração.

4.2. Obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano e do Programa, incluindo:

- a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas, observados os termos gerais do Plano, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano e do Programa;
- b) a eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Ações Restritas em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente;
- c) a quantidade de Ações Restritas objeto do respectivo Programa;
- d) a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, Programa e da ICVM 567;
- e) a forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes;
- f) definir metas relacionadas ao desempenho da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para o recebimento das Ações Restritas, sendo certo que o Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar ou modificar tais metas para evitar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos pela Companhia;
- g) propor eventuais alterações ao Plano a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária;
- h) a criação, alteração e/ou cancelamento de Programas e a definição da quantidade de Ações Restritas objeto de cada Programa.

4.3. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e no Plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

4.4. As deliberações do Conselho de Administração da Companhia têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano e o Programa.

### 5. Outorga de Ações Restritas

5.1. Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Ações Restritas no lançamento de cada Programa, elegendo os Participantes em favor dos quais a Companhia outorgará as Ações Restritas nos termos do Plano e do respectivo Programa, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

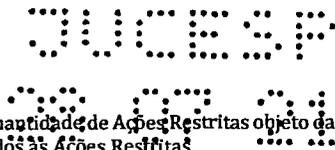
5.2. A outorga de Ações Restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).





pelos membros do Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

5.3. A transferência das Ações Restritas para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos neste Plano, no Programa e nos Contratos de Outorga, de modo que a concessão do direito ao recebimento das ações em si não garante ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

5.4. As Ações Restritas entregues aos Participantes terão os direitos estabelecidos neste Plano e no respectivo Programa e Contratos de Outorga, sendo certo que o Participante não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas, até a data de transferência das Ações Restritas para os Participantes.

5.5. Não obstante o disposto no item 5.4 acima, o Conselho de Administração poderá estabelecer no Programa o pagamento do montante equivalente a tais dividendos ou juros sobre capital próprio em dinheiro ou em ações, na forma a ser estabelecida no respectivo Programa e Contrato de Outorga.

5.6. O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas Ações Restritas, conforme vier a ser previsto no respectivo Contrato de Outorga.

5.7. O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Participantes, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

## 6. Ações Sujeitas ao Plano

6.1. Durante a vigência deste Plano e observado o disposto no item 10.5 abaixo, poderão ser entregues aos Participantes ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total (*fully diluted*) da Companhia imediatamente após a liquidação da oferta pública inicial de ações (*IPO*).

6.2. Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da ICVM 567.

6.3. Alternativamente, a critério do Conselho de Administração, a Companhia poderá optar por realizar o pagamento referente às Ações Restritas em dinheiro.

6.4. As Ações Restritas recebidas nos termos do Plano manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie após o efetivo recebimento pelo Participante, ressalvada eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração. Até o efetivo recebimento das Ações Restritas nos termos deste Plano, do Programa e do respectivo Contrato de Outorga, o Participante não terá qualquer direito em relação às Ações Restritas outorgadas, incluindo, sem limitação, os direitos políticos e econômicos relacionados a tais ações.

## 7. Aquisição de Direitos Relacionados às Ações Restritas

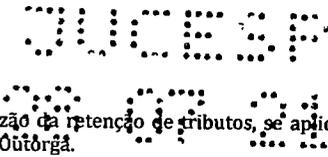
7.1. Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos no Programa e nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos se os Participantes permanecerem continuamente vinculados como diretores, membros do Conselho de Administração, gerentes ou empregados da Companhia, pelo período estabelecido no respectivo Programa e Contrato de Outorga.

7.2. Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no item 7.1 acima, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia deverá transferir as referidas Ações Restritas ao Participante após as devidas retenções de tributos nos termos do item 10.6 abaixo, inclusive mediante

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



redução no número de ações em razão da retenção de tributos, se aplicável, no prazo estabelecido no Programa e/ou em cada Contrato de Outorga.

7.3. O direito ao recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano extinguir-se-á automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (i) mediante o distrato do Contrato de Outorga;
- (ii) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou
- (iii) nas hipóteses previstas no item 8 deste Plano.

7.4. Os Participantes estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

## 8. Hipóteses de Desligamento da Companhia e seus Efeitos

8.1. Na hipótese de Desligamento do Participante, o direito às Ações Restritas a ele conferidas de acordo com este Plano poderá ser extinto ou modificado, conforme vier a ser estabelecido pelo Conselho de Administração nos respectivos Programas e Contratos de Outorga.

## 9. Prazo de Vigência do Plano

9.1. O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

## 10. Disposições Gerais

10.1. Nenhuma disposição do Plano conferirá a qualquer Participante o direito de permanecer como diretor, membro do Conselho de Administração, gerente, ou empregado da Companhia ou suas Controladas, conforme aplicável, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia ou suas Controladas, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o respectivo contrato de trabalho, encerrar o mandato ou de qualquer outra forma promover o Desligamento do Participante.

10.2. Cada Participante deverá aderir expressamente aos termos do Plano, mediante assinatura do Contrato de Outorga.

10.3. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano.

10.4. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral. Qualquer Ação Restrita concedida de acordo com o Plano fica sujeita a todos os termos e condições aqui estabelecidos, termos e condições estes que prevalecerão em caso de inconsistência a respeito de disposições de qualquer contrato ou documento mencionado neste Plano.

10.5. Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia, em decorrência de grupamento, desdobramento, bonificações de ações, assim como nos casos de conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, deverão ser efetuados os ajustes necessários no Plano e Programa já instituídos, notadamente em relação ao número de Ações Restritas e a sua espécie ou classe, com o objetivo de evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes.

10.6. A Companhia está autorizada a proceder à retenção de quaisquer tributos eventualmente incidentes sobre o Plano, inclusive o IRRF, podendo operacionalizar a retenção do IRRF e demais tributos incidentes sobre o total de Ações Restritas, mediante a redução do número total de Ações Restritas a ser entregue ao Participante, de forma proporcional ao impacto relativo ao tributo.

\*\*\*

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Este documento foi assinado digitalmente por Joseane Correia e Leonardo Almeida Byrro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código CBC3-430F-BCCE-BBC0.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 9 de agosto de 2022 13:16:34 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N.º 200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.jucespnet.org.br/autenticidade](http://www.jucespnet.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel eletrônico através do aplicativo de Tabelionato de Notas, Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CBC3-430F-BCCE-BBC0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: CBC3-430F-BCCE-BBC0**



### Hash do Documento

C3B42C81A026FB88020DFADEAAEAD4D0023CB3C58EB2FFD03B0CB3DAA0F914BE

Nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/07/2021 é(são) :

Joseane Correia - 948.219.689-91 em 13/07/2021 13:46 UTC-03:00

**Tipo: Certificado Digital**

LEONARDO ALMEIDA BYRRO - 269.275.368-25 em 13/07/2021 12:30 UTC-03:00

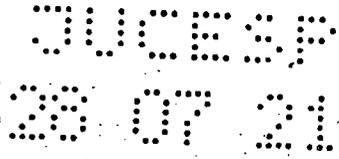
**Tipo: Certificado Digital**



Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucespnet.org.br](http://www.jucespnet.org.br).



*(Handwritten signatures and initials)*



**TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

O Sr. **Paulo Sergio Cruz Dortas Matos**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 01078914-68 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 219.961.055-15, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço na Rua Bernardino Machado, nº 403, Granja Julieta, CEP 04722-120, neste ato, toma posse de seu cargo como **membro independente do Conselho de Administração da CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 17 de março de 2021, para exercer um mandato com duração até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **Paulo Sergio Cruz Dortas Matos**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretroatável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no artigo 35 do estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da Lei das Sociedades por Ações, O Sr. **Paulo Sergio Cruz Dortas Matos**, declara que receberá citações e intimações em seu endereço comercial, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Ribeirão Preto-SP, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055.

Ribeirão Preto, 17 de março de 2021.  
  
**Paulo Sergio Cruz Dortas Matos**  
Membro Independente do Conselho de Administração

BRUNDO TABELA DE NOTAS  
Av. Prof. João Faria, 970 - Ribeirão Preto-SP  
AUTENTICAÇÃO - Autentica a presente certidão registrada conforme ao original a quem apresentá-la. Decl. nº. 156903127  
RIBEIRÃO PRETO 10 JUN 2021  
123877 Simão Mattaglion Costa - Escrevente  
Ator: GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral  
Ass: por verba  
AU0863AF0426552  
VALHOSAMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



JUCESP  
28 07 21

**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, **Bruno Roberto Zambon**, com inscrição ativa na OAB/SP 343.241, expedida em 06/02/2014, inscrito no CPF nº 31769925805, com endereço profissional situado na Av. Braz Olaia Acosta, 727, sala 709, Jd. Califórnia, Ribeirão Preto/SP, CEP 14026-040, **DECLARO**, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que os documentos são autênticos e condizem com o original.

**Documentos apresentados:**

1. 01 via RG E CPF Paulo Sergio Cruz Dortas Matos.

Data: 27/04/2021

  
**Bruno Roberto Zambon**  
OAB/SP 343.241

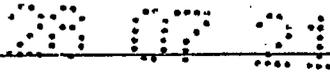
 



**Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes**

Nº CONTROLE NA INTERNET 0622627553-1		NIRE SEDE 3530048685-4		NOME EMPRESARIAL CM HOSPITALAR S.A.	
NOME DO INTEGRANTE					IDENTIFICAÇÃO 341.305.718-93
RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
TIPO DE OPERAÇÃO					
TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA			
ENDEREÇO (rua, av, etc)					
BAIRRO/DISTRITO					NÚMERO
COMPLEMENTO					CEP
MUNICÍPIO				UF	PAIS
REPRESENTADOS					
DADOS COMPLEMENTARES					

Original do Registro Civil



**Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes**

Nº DE CONTROLE NA INTERNET 029027553-1		NIRE SEDE 3530048685-4		NOME EMPRESARIAL CM HOSPITALAR S.A.		
NOME DO INTEGRANTE						IDENTIFICAÇÃO 341.309.078-08
RG/RNE		DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
COR OU RAÇA						
LOCALIDADE (rua, av, etc)						NÚMERO
COMPLEMENTO				BAIRRO/DISTRITO		CEP
MUNICÍPIO					UF	PAIS
TIPO DE OPERAÇÃO		TIPO DE INTEGRANTE		USO DA FIRMA		
Sociedade		Pessoa Física				
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS						
NENHUM						
PRESENTADOS						
NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 28 de agosto de 2021, às 14:35:29, no endereço eletrônico www.jucespnet.org.br. A autenticidade do presente documento digital pode ser verificada no Tabelionato de Notas e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2020.

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucespnet.org.br.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



**Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes**

CONTROLE NA INTERNET 929027553-1		NIRE SEDE 3530048685-4		NOME EMPRESARIAL CM HOSPITALAR S.A.			
NOME DO INTEGRANTE Paulo Sérgio Cruz Dortas Matos						IDENTIFICAÇÃO 219.961.055-15	
RG/RNE 01078914		DIGITO 68	DATA DE EXPEDIÇÃO 15/08/2003	ORGÃO EMISSOR SSP	UF BA	NACIONALIDADE Brasileira	
COR OU RAÇA Branca							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Rua Cardoso Machado						NÚMERO 403	
COMPLEMENTO 10242				BAIRRO/DISTRITO Granja Julieta		CEP 04722-120	
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Admissão		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPACÃO							
Cargo Conselheiro Administrativo (entrada)			Início do Mandato: 17/03/2021		Termino do Mandato: 31/12/2021		
REPRESENTADOS							
RENTUAS							
COMPLEMENTARES							

Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESSP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



21/07/2021



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

## PROTOCOLO: 0.624.622/21-6

### Relatório da Análise Prévia

- SUGESTÃO DE DEFERIMENTO por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO Lei 8934/94 - art 40 § 1º

#### DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE ( ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE ( ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresária está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Resalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração - pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 - JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

#### Outras exigências a especificar (DBE):

#### Análise Prévia

Alcir Antônio Gomes RG 9.058.307-3

Data: 21/07/2021

**DEFERIDO**  
Cópia legítima

23/7/2021

Aldo Nunes Macri  
RG 8.044.506-6  
Vogal

10.170.74.133/formulariocalise/default.aspx

1/1

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

27/04/2021

Documento Básico de Entrada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado de São Paulo

PROTOCOLO REDESIM  
SPN2189730158

01. IDENTIFICAÇÃO

TIPO DE EMPRESARIAL (firma ou denominação) CM HOSPITALAR S.A.	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 12.420.164/0001-57
--	---

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO Quadro de Sócios e Administradores - QSA	DEFERIDO DE: SP-23/07/2021 Aldo Nunes Maciel RG 8.044.506-6 Vogal
Número de Controle: SP78051679 - 12420164000157	

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME WILHERME FONSECA GOULART	CPF 279.285.928-86
LOCAL	DATA 27/04/2021

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 12.420.164/0001-57
---

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 9 de agosto de 2022 13:16:34 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.jucesp.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser consultado no endereço eletrônico www.jucesp.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser consultado no endereço eletrônico www.jucesp.org.br/autenticidade.



Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Gerat. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 9 de agosto de 2022 13:16:34 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.jucespnet.org.br/autenticidade](http://www.jucespnet.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ANEXO FICHA DE  
BREVÊ RELATÓRIO DE PESQUISA  
10.100.11

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 29/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S. A., NIRE nº 35300488854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMILEMA CESCCHIN - Secretária Geral. Autenticação: 15593127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucespnet.org.br](http://www.jucespnet.org.br).



17/06/2021

10.170.74.133/formularioanalise/default.aspx



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

**PROTOCOLO: 0.485.984/21-0**

**Relatório da Análise Prévia**

- SUGESTÃO DE DEFERIMENTO por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO Lei 8934/94 - art 40 § 1º

**DBE (Documento Básico de Entrada)**

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE ( ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE ( ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresarial está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração - pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 - JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

**Outras exigências a especificar (DBE):**

**Proposta de Exigência**

Exigência
3- Dados informados no cadastro VRE, divergem dos documentos apresentados: (art. 37, III da Lei 8937/94 e do Item 1.1, Capítulo I da IN/DREI nº 81/2020).

**Propostas de exigências/indeferimento a especificar ou fundamentar**

Acrescentar o ato de consolidação da matriz, conforme a primeira entrada

Análise Prévia

Ciência Vogais

Alcir Antônio Gomes RG 9.058.307-3

Data: 17/06/2021

10.170.74.133/formularioanalise/default.aspx

1/2

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



*[Handwritten signatures]*

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 9 de agosto de 2022 13:16:34 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais e de Interções e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.jucespnet.sp.gov.br/autenticacao](http://www.jucespnet.sp.gov.br/autenticacao). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22. DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**  
 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
 Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI  
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**JUCESP PROTOCOLO**  
**0.325.918/21-1**



**CAPA DO REQUERIMENTO**

CONTROLE INTERNET  
 029120959-9

**DADOS CADASTRAIS**

ATO Consolidação da Matriz; Inclusão/Alteração de Integrantes;			
NOME EMPRESARIAL CM HOSPITALAR S.A.			PORTE Normal
LOGRADOURO Avenida Luiz Maggioni	NÚMERO 2727	COMPLEMENTO	CEP 14072-055
MUNICÍPIO Ribeirão Preto	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 12.420.164/0001-57	NIRE - SEDE 3530048685-4	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: GUILHERME FONSECA GOULART (Diretor Financeiro)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 442,17	SEQ. DO 1/1
ASSINATURA:		DATA: 30/03/2021	DARF: R\$ ,00

**JUCI**  
**ER 238 -**  
**RIBEIRÃO**  
 ★ **29 ABR**  
**PROTO**

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

**PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)**

<b>EXIGÊNCIA</b> 29 ABR. 2021 <b>PROTOCOLO</b>	<b>CARIMBO DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>CARIMBO ANÁLISE</b> <b>EXIGÊNCIA</b> SP.07/05/2021 Aldo Nunes Macri RG 8.044.506-6
<b>ANEXOS:</b> <input checked="" type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formas de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros	<b>EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE</b> <input checked="" type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	<b>ETIQUETAS DE REGISTRO - CARIMBO</b>
<b>OBSERVAÇÕES:</b>		

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300486854, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucespnet.sp.gov.br](http://www.jucespnet.sp.gov.br).



Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 9 de agosto de 2022 13:16:34 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [cenaq.org.br/autenticidade](http://cenaq.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

JUCESP  
SECRETARIA DE REGISTRO CIVIL

Certifico o registro sob o nº 359.038/21-9 em 28/07/2021 da empresa CM HOSPITALAR S.A., NIRE nº 35300488954, protocolado sob o nº 0624622216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/08/2021 por GISELA SIMIENNA CESCCHIN - Secretária Geral. Autenticação: 156903127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

- Ciência de Guarda e Distribuição
- Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
- Verificação de Ficha Cadastral
- Verificação de Aportamento na Ficha Cadastral
- MEI sem Cadastro
- MEI com Cadastro
- Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
- Vide Protocolo

AS

05/05/2021

10.170.74.133/formularioanalise/default.aspx



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.325.918/21-1

Relatório da Análise Prévia

- SUGESTÃO DE DEFERIMENTO por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE ( ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE ( ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresarial está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Resalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração - pessoa física responsável perante o CNPJ. Portaria 06/2013 - JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

Proposta de Exigência

Exigência
18- Anexar a declaração de autenticidade quando feita por advogado, contador ou técnico em contabilidade. (art. 38, § 2º do Decreto 1.800/96 e do art. 28, II, "b" e Anexo VII da IN/DREI nº 81/2020).
25- Os documentos assinados de forma eletrônica, deverão apresentar mecanismos que possibilitem a verificação da autenticidade e legitimidade dos signatários e aferição da integridade do seu conteúdo (código, hash, QR code). (art. 33 da IN DREI nº 81/2020, Deliberação Jucesp nº 1/2020).
71- Na ata deve constar declaração que está arquivada na sede da companhia. Caso venha a declaração anexa, deverá constar do documento a referência da declaração anexa. Fica dispensada a apresentação da declaração, se constar em ata a declaração e os eleitos assinarem o fecho desta. As reeleições dos administradores aplicam-se as mesmas regras da eleição. (En. 04, critérios II JUCESP; art. 147, I, da Lei 6.404/76).

Propostas de exigências/indeferimento a especificar ou fundamentar

71-desimpedimento

Análise Prévia

10.170.74.133/formularioanalise/default.aspx

**EXIGÊNCIA**  
07/17/21

Ciência Vogais

Algo Nunes Macri

RG 8.044.506-6

Vogal

1/2



JUCESP PROTOCOLO  
0.716.632/22-6



CM HOSPITALAR S.A.  
CNPJ/ME Nº 12.420.164/0001-57  
NIRE 35.300.486.854  
COMPANHIA ABERTA  
CVM nº 02568-2  
("Companhia")

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2022**

**DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 02 de maio de 2022, às 08:00 horas, reunidos por conferência telefônica, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia.

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**MESA:** Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Presidente; Luiz Felipe Duarte Martins Costa, Secretário.

**ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Debatidas as matérias, os Conselheiros, por unanimidade dos votos e sem quaisquer ressalvas, deliberaram:

1. A aceitação da renúncia do Sr. **LUCIO FLAVIO BUENO**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº M-3995579-SSP/MG, inscrito no CPF/ME nº 855.987.046-68, eleito Diretor de Operações da Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de agosto de 2021, bem como nas empresas controladas;

2. Aprovar, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, a eleição e reeleição dos membros da Diretoria da Companhia:

- (a) **LEONARDO ALMEIDA BYRRO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 20.477.845 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 269.275.368-25, com endereço profissional na rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 454, Ed. The One, Conjunto 42, Vila nova Conceição, CEP 04544-051, São Paulo/SP, para o cargo de **Diretor Presidente**;
- (b) **ANDRÉ AUGUSTO SPICCIATI PACHECO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG 27.602.378-x SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 305.213.538-40, com endereço profissional na rua Ministro Jesuíno Cardoso, no. 454, Edifício The One, Conjunto 42, Vila nova Conceição, CEP 04544-051 São Paulo/SP, para o cargo de **Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios**;
- (c) **FLAVIA DE LIMA CARVALHO**, brasileira, em união estável, relações públicas, portadora do RG nº 25.069.651-4 SSP/SP, inscrita no CPF/ME nº 313.294.398-30, com endereço profissional na rua Ministro Jesuíno Cardoso, no. 454, Edifício The One, Conjunto 42, Vila nova Conceição, CEP 04544-051 São Paulo/SP, para o cargo de **Diretora de Relações com Investidores e M&A**;
- (d) **GUILHERME FONSECA GOULART**, brasileiro, divorciado, contador, portador do RG nº 29.331.939-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 279.285.928-86, com endereço profissional na rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 454, Ed. The One, Conjunto 42, Vila nova Conceição, CEP 04544-051, São Paulo/SP, para o cargo de **Diretor Financeiro**;
- (e) **RENAN DE ALMEIDA HERVELHA**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 43.528.434 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 333.637.448-03, com endereço profissional na rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 454, Ed. The One, Conjunto 42, Vila nova Conceição, CEP 04544-051, São Paulo/SP, para o cargo de **Diretor Comercial**;
- (f) **THIAGO LISKA**, brasileiro, casado, farmacêutico, portador do RG nº 3.644.744 SSP/SC, inscrito no CPF/ME nº 020.058.649-19, com endereço profissional na rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 454, Ed. The One, Conjunto 42, Vila nova Conceição, CEP 04544-051, São Paulo/SP, para o cargo de **Diretor de Diagnósticos e Vacinas**.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Felipe Duarte Martins Costa e Mario Sergio Ayres Cunha Ribeiro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código EC4A-5E82-F2AD-4113.

Este documento foi assinado digitalmente em Luiz Felipe Duarte Martins Costa e Mario Sergio Ayres Cunha Ribeiro.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código EC4A-5E82-F2AD-4113.

- 2.1. Os Diretores eleitos possuem mandato de 01 (um) ano, a iniciar-se na presente data e serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse, a apresentação da declaração de desimpedimento e de adesão aos termos do Novo Mercado, nos termos da legislação e regulamentação aplicável;
  - 2.2. Autorizar o Sr. Guilherme Fonseca Goulart, acima qualificado, a representar a Companhia perante a Receita Federal do Brasil, na condição de responsável legal;
  - 2.3. Consignar que a função do Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios tem a responsabilidade de avaliar e executar o estratégia e planos de negócios da Companhia, bem como buscar continuamente a inovação e avaliação de novos mercados; a função do Diretor de M&A tem a responsabilidade de planejar e executar os projetos de aquisições e investimentos; a função de Diretor Comercial tem a responsabilidade de gerir a área comercial da Companhia, atuando na frente de comercialização dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas controladas; a função de Diretor de Diagnósticos e Vacinas tem a responsabilidade de gerir a área de negócio da Companhia relacionada à comercialização dos produtos e serviços oferecidos no segmento de laboratórios de diagnósticos e vacinas.
3. Aprovar o voto da Companhia, nos atos societários de suas controladas, na eleição de suas diretorias;
  4. Nos termos do § 4º do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, consignar que a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, será distribuída montantes individuais estabelecidos na proposta da administração. O montante individual da remuneração dos estatutários, fica arquivado na sede da Companhia;
  5. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações tomadas nesta reunião.

**ENCERRAMENTO E LAVRATURA E LEITURA DA ATA** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; Secretário: Luiz Felipe Duarte Martins Costa; Conselheiros: (i) Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; (ii) Luiz Felipe Duarte Martins Costa; (iii) Ricardo Pechinho Hallack; (iv) Thayan Nascimento Hartmann; (v) Paula Paschoal Queiroz de Moraes.

Ribeirão Preto, 02 de maio de 2022.

*(Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio)*

Mesa:

\_\_\_\_\_  
Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Luiz Felipe Duarte Martins Costa  
Secretário





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EC4A-8E82-F2AD-4113> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EC4A-8E82-F2AD-4113



### Hash do Documento

2459867254912D55EBD39C15D5C74E7A549180BB122C1BB2669D361D569CDBA2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/05/2022 é(são) :

- Luiz Felipe Duarte Martins Costa (CONSELHEIRO) - 220.001.658-18 em 02/05/2022 13:06 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- Mario Sergio Ayres Cunha Ribeiro (CONSELHEIRO) - 073.477.007-36 em 02/05/2022 12:09 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital



*[Handwritten signatures and initials]*

## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O Sr. **Thiago Liska**, brasileiro, casado, farmacêutico, portador do RG nº 3.644.744 SSP/SC, inscrito no CPF/ME nº 020.058.649-19, com endereço comercial na rua Ministro Jesuino Cardoso, nº. 454, Edifício The One, Conjunto 42, Vila Nova Conceição, CEP 04.544-051, São Paulo/SP toma posse de seu cargo como Diretor de Diagnósticos e Vacinas da CM HOSPITALAR S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02 de maio de 2022, para exercer um mandato com duração de 1 (um) ano, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **Thiago Liska**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretroatável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no artigo 35 do estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da Lei das Sociedades por Ações, O Sr. **Thiago Liska**, declara que receberá citações e intimações em seu endereço comercial, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Ribeirão Preto-SP, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055.

Ribeirão Preto, 02 de maio de 2022.

**Thiago Liska**  
Diretor de Diagnósticos e Vacinas

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em quarta-feira, 3 de agosto de 2022 16:24:49 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/01FA-B132-F6B2-B59B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 01FA-B132-F6B2-B59B



### Hash do Documento

E48A968D031B74C37E32452FD6BE67105A9B3E8FC11B7F06EEF9F4FFEF129885

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/05/2022 é(são) :

- Thiago Liska (Diretor de Diagnósticos e Vacinas) - 020.058.649-19  
em 02/05/2022 11:08 UTC-03:00  
Tipo: Certificado Digital



DECLARAÇÃO  
DECLARAÇÃO  
**TERMO DE RENÚNCIA**

O Sr. **LUCIO FLAVIO BUENO**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº M-3995579-SSP/MG, inscrito no CPF/ME nº 855.987.046-68, neste ato renuncia ao cargo de Diretor de Operações da **CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), para o qual havia sido eleito na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de agosto de 2021. Esta renúncia deverá ter efeitos, para todos os fins legais, a partir de 02 de maio de 2022, quando deixara de possuir quaisquer poderes e/ou autoridades a este concedidos em conformidade com os termos da lei e do estatuto social da Companhia, devendo a Companhia efetuar todas as medidas e formalizações relacionadas à presente renúncia.

Neste ato, de maneira irrevogável e irretroatável, incondicional, e para todos os devidos fins de direito, outorga a mais ampla, plena, rasa, geral, expressa, inequívoca, incondicional, irrestrita, irrevogável e irretroatável quitação à Companhia, suas afiliadas, sócios, administradores, representantes, sucessores ou cessionários, diretos ou indiretos, de maneira a exonerá-los com relação a todas e quaisquer reclamações, perdas e danos, dívidas, pedidos, responsabilidades, obrigações, ações, causas de pedir, processos, indenizações ou compensações, incluindo, mas não se limitando a qualquer valor a título remuneratório, em função de quaisquer perdas, danos, multas, prejuízos, custos ou despesas, que tenha tido, tenha atualmente ou venha a ter, relativamente à condição prévia de Diretor de Operações da Companhia, não tendo nada mais a haver ou reclamar em face da Companhia, suas afiliadas, sócios, administradores, representantes, sucessores ou cessionários, diretos ou indiretos, em juízo ou fora dele, a qualquer título e tempo.

Ribeirão Preto, 02 de maio de 2022.

---

**LUCIO FLAVIO BUENO**

Este documento foi assinado digitalmente por Lucio Flavio Bueno.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 6612-9731-D85B-9879.

Este documento foi assinado digitalmente por Lucio Flavio Bueno.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 6612-9731-D85B-9879.



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6612-9731-D8BB-9879> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6612-9731-D8BB-9879



### Hash do Documento

18AB30EFC7ABEAB5EDF4102846D2D1C199257C47778D4EE4D163168537FCEF0D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/05/2022 é(são) :

- Lucio Flavio Bueno (Diretor de Operações) - 855.987.046-68 em 02/05/2022 17:02 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



*[Handwritten signatures and initials]*

## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O Sr. **André Augusto Spicciati Pacheco**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG 27.602.378-x SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 305.213.538-40, com endereço comercial na rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº. 454, Edifício The One, Conjunto 42, Vila Nova Conceição, CEP 04.544-051, São Paulo/SP toma posse de seu cargo como **Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios da CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("**Companhia**"), cargo para o qual foi eleito na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02 de maio de 2022, para exercer um mandato com duração de 1 (um) ano, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **André Augusto Spicciati Pacheco**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, Interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretroatável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no artigo 35 do estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da Lei das Sociedades por Ações, O Sr. **André Augusto Spicciati Pacheco**, declara que receberá citações e intimações em seu endereço comercial, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Ribeirão Preto-SP, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055.

Ribeirão Preto, 02 de maio de 2022.

**André Augusto Spicciati Pacheco**  
Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8DA9-5B88-EAA0-4EE6> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8DA9-5B88-EAA0-4EE6



### Hash do Documento

9E8D03C51DC3BD12233F6B0893AB864E55688CDFDE06F01DF8D5C5F6B0AD4019

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/05/2022 é(são) :

- Andre Augusto Spicciati Pacheco (Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios) - 305.213.538-40 em 02/05/2022 09:16 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O Sr. **Guilherme Fonseca Goulart**, brasileiro, divorciado, contador, portador do RG nº 29.331.939-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 279.285.928-86, com endereço comercial na rua Ministro Jesuino Cardoso, nº, 454, Edifício The One, Conjunto 42, Vila Nova Conceição, CEP 04.544-051, São Paulo/SP toma posse de seu cargo como Diretor Financeiro da **CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02 de maio de 2022, para exercer um mandato com duração de 1 (um) ano, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **Guilherme Fonseca Goulart**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretroatável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no artigo 35 do estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da Lei das Sociedades por Ações, O Sr. **Guilherme Fonseca Goulart**, declara que receberá citações e intimações em seu endereço comercial, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Ribeirão Preto-SP, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055.

Ribeirão Preto, 02 de maio de 2022.

**Guilherme Fonseca Goulart**  
Diretor Financeiro



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DAD4-300F-7E3C-2541> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DAD4-300F-7E3C-2541



### Hash do Documento

AB54C3D5A53E5D75C33D4FE42D5D339D6B8B012839E58D22C5ACFFA80202A5C5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/05/2022 é(são) :

- Guilherme Fonseca Goulart (DIRETOR FINANCEIRO) -  
279.285.928-86 em 02/05/2022 09:45 UTC-03:00  
Tipo: Certificado Digital



*[Handwritten signatures and initials]*

## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O Sr. **Leonardo Almeida Byrro**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 20.477.845 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 269.275.368-25, com endereço comercial na rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº. 454, Edifício The One, Conjunto 42, Vila Nova Conceição, CEP 04.544-051, São Paulo/SP toma posse de seu cargo como **Diretor Presidente** da **CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02 de maio de 2022, para exercer um mandato com duração de 1 (um) ano, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **Leonardo Almeida Byrro**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretroatável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no artigo 35 do estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da Lei das Sociedades por Ações, O Sr. **Leonardo Almeida Byrro**, declara que receberá citações e intimações em seu endereço comercial, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Ribeirão Preto-SP, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055.

Ribeirão Preto, 02 de maio de 2022.

**Leonardo Almeida Byrro**  
Diretor Presidente



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E0B5-B6C3-2CE3-F83D> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E0B5-B6C3-2CE3-F83D



### Hash do Documento

F29BC72DA4CC74DC37333EDF7D3409A552199FF73399C8AAE536A29B311D9894

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/05/2022 é(são) :

- Leonardo Almeida Byrro (Diretor Presidente) - 269.275.368-25 em  
02/05/2022 11:38 UTC-03:00  
Tipo: Certificado Digital



*[Handwritten signatures and initials]*

## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O Sr. **Renan de Almeida Havelha**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 43.528.434 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 333.637.448-03, com endereço comercial na rua Ministro Jesuino Cardoso, nº. 454, Edifício The One, Conjunto 42, Vila Nova Conceição, CEP 04.544-051, São Paulo/SP toma posse de seu cargo como Diretor Comercial da **CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita sob o CNPJ sob o n.º 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02 de maio de 2022, para exercer um mandato com duração de 1 (um) ano, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **Renan de Almeida Havelha**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ílibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretroatável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no artigo 35 do estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da Lei das Sociedades por Ações, O Sr. **Renan de Almeida Havelha**, declara que receberá citações e intimações em seu endereço comercial, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Ribeirão Preto-SP, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055.

Ribeirão Preto, 02 de maio de 2022.

**Renan de Almeida Havelha**  
*Diretor Comercial*



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E263-6B4F-B653-FBCE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: E263-6B4F-B653-FBCE**



### Hash do Documento

66569BEE41E803369DDE3C2E04D1299DFB5551649CBA3BEFA38A68DD5C808913

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/05/2022 é(são) :

- Renan De Almeida Havelha (Diretor Comercial) - 333.637.448-03  
em 03/05/2022 17:54 UTC-03:00  
Tipo: Certificado Digital



*[Handwritten signatures and initials]*

## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

A Sra. **Flavia de Lima Carvalho**, brasileira, em união estável, relações públicas, portadora do RG nº 25.069.651-4 SSP/SP, inscrita no CPF/ME nº 313.294.398-30, com endereço comercial na rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº. 454, Edifício The One, Conjunto 42, Vila Nova Conceição, CEP 04.544-051, São Paulo/SP toma posse de seu cargo como Diretora de Relações com Investidores e M&A da **CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleita na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02 de maio de 2022, para exercer um mandato com duração de 1 (um) ano, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

A Sra. **Flavia de Lima Carvalho**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedida de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenada a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretratável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no artigo 35 do estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da Lei das Sociedades por Ações, a Sra. **Flavia de Lima Carvalho**, declara que receberá citações e intimações em seu endereço comercial, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Ribeirão Preto-SP, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055.

Ribeirão Preto, 02 de maio de 2022.



**Flavia de Lima Carvalho**  
Diretora de Relações com Investidores e M&A

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em quarta-feira, 3 de agosto de 2022 16:24:49 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

**CONVÊNIO**  
E. R. Ribeirão Preto

CM HOSPITALAR S.A.  
CNPJ/ME Nº 12.420.164/0001-57  
NIRE 35.300.486.854  
COMPANHIA ABERTA  
CVM nº 02568-2  
("Companhia")



JUCESP PROTOCOLO  
0.690.138/22-2



**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2022**

**DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 01 de junho de 2022, às 16:00 horas, reunidos por conferência telefônica, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia.

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**MESA:** Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Presidente; Luiz Felipe Duarte Martins Costa, Secretário.

**ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Debatida a matéria, os Conselheiros, por unanimidade dos votos e sem quaisquer ressalvas, aprovam, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, a eleição de **VILSON SCHVARTZMAN**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 10.500.869-07 SSPRS, inscrito no CPF/ME nº 766.031.300-25, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Edson, nº 110, apto. 141, Campo Belo, CEP 04.618-030, para o cargo de **Vice-Presidente Comercial de Distribuição e Operações Logísticas**, com mandato até 02 de maio de 2023, de forma a coincidir com o mandato dos demais diretores. O diretor será investido em seu cargo mediante assinatura do termo de posse, a apresentação da declaração de desimpedimento e de adesão aos termos do Novo Mercado, nos termos da legislação e regulamentação aplicável. Fica consignado que sua função tem a responsabilidade de gerir a área comercial na frente de distribuição, atuando na comercialização e logística dos produtos oferecidos pela Companhia e suas controladas.

**ENCERRAMENTO E LAVRATURA E LEITURA DA ATA** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; Secretário: Luiz Felipe Duarte Martins Costa; Conselheiros: (i) Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; (ii) Luiz Felipe Duarte Martins Costa; (iii) Ricardo Pechinho Hallack; (iv) Thayan Nascimento Hartmann; (v) Paula Paschoal Queiroz de Moraes.

Ribeirão Preto, 1 de junho de 2022.

*(Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio)*

Mesa:

\_\_\_\_\_  
Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Luiz Felipe Duarte Martins Costa  
Secretário



Este documento foi assinado digitalmente por Mario Sergio Ayres Cunha Ribeiro e Luiz Felipe Duarte Martins Costa. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldassinaturas.com.br> e utilize o código F71A-C1A2-9EE3-EDFE.

Este documento foi assinado digitalmente por Mario Sergio Ayres Cunha Ribeiro e Luiz Felipe Duarte Martins Costa. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldassinaturas.com.br> e utilize o código F71A-C1A2-9EE3-EDFE.

*(Handwritten signatures and initials)*

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em quarta-feira, 3 de agosto de 2022 16:24:49 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos de medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em documento eletrônico no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). Notas de Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F71A-C1A2-9EE3-F0FE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: F71A-C1A2-9EE3-F0FE**



### Hash do Documento

**C2EC14F0EDEBA0B05A1999096B48E578C1804C6C4406D24AC492CE9B9925E9B7**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/06/2022 é(são) :

**Mario Sergio Ayres Cunha Ribeiro (CONSELHEIRO) -**

**073.477.007-36 em 02/06/2022 00:15 UTC-03:00**

**Tipo: Certificado Digital**

**Luiz Felipe Duarte Martins Costa (CONSELHEIRO) - 220.001.658-**

**18 em 01/06/2022 20:21 UTC-03:00**

**Tipo: Certificado Digital**



## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Sr. **Vilson Schwartzman**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 10.500.869-07 SSPRS, inscrito no CPF/ME nº 766.031.300-25, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Edson, nº 110, apto. 141, Campo Belo, CEP 04.618-030, toma posse de seu cargo como **Vice-Presidente Comercial de Distribuição e Operações Logísticas da CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 01 de junho de 2022, para exercer um mandato com duração até 02 de maio de 2023, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **Vilson Schwartzman**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretroatável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no artigo 35 do estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da Lei das Sociedades por Ações, O Sr. **Vilson Schwartzman**, declara que receberá citações e intimações em seu endereço comercial, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Ribeirão Preto/SP, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055.

Ribeirão Preto, 1º de junho de 2022.

**Vilson Schwartzman**

*Vice-Presidente Comercial de Distribuição e Operações Logísticas*

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em quarta-feira, 3 de agosto de 2022 16:24:49 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel no Tabelionato de Notas nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9682-3977-7534-4F65> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 9682-3977-7534-4F65**



### Hash do Documento

453F615064A52D7E2C3DEB69D0B0BD0F0157619A934D99B84FC78629AE87B741

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/06/2022 é(são) :

**VILSON SCHVARTZMAN** (Vice-Presidente Comercial de  
Distribuição e Operações Logísticas) - 766.031.300-25 em  
01/06/2022 19:26 UTC-03:00

**Tipo: Certificado Digital**





**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

**CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.**

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE [WWW.JUCESPOLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPOLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35300486854		21/12/2015	07/12/2015	PRAZO INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL						TIPO JURÍDICO	
CM HOSPITALAR S.A.						SOCIEDADE POR AÇÕES	
C.N.P.J.	ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO		
12.420.164/0001-57	AVENIDA LUIZ MAGGIONI			2727			
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL		
DISTRITO EMPRESARIA	RIBEIRÃO PRETO	SP	14072-055	R\$	1.771.043.736,23		

OBJETO SOCIAL
COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

VICE-PRESIDENTE, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 02/05/2023 E DIRETOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 02/05/2023						
NOME						
ANDRE AUGUSTO SPICCIATI PACHECO						
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO		
RUA MINISTRO JESUINO CARDOSO			454	CONJ 42		
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG		
VILA NOVA CONCEICAO	SAO PAULO	SP	04544-051	27602378X		
CPF	CARGO				QUANTIDADE COTAS	
305.213.538-40	VICE-PRESIDENTE, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 02/05/2023 E DIRETOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 02/05/2023					

DIRETOR						
NOME						
FLAVIA DE LIMA CARVALHO						
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO		
RUA MINISTRO JESUINO CARDOSO			454	CONJ 42		
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG		
VILA NOVA CONCEICAO	SAO PAULO	SP	04544-051	250696514		
CPF	CARGO				QUANTIDADE COTAS	
313.294.398-30	DIRETOR					

DIRETOR FINANCEIRO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 02/05/2023						
--	--	--	--	--	--	--

*[Handwritten signature]*

NOME GUILHERME FONSECA GOULART					
ENDEREÇO RUA MINISTRO JESUINO CARDOSO			NÚMERO 42	COMPLEMENTO	
BAIRRO VILA NOVA CONCEICAO		MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 04544-051
CPF 279.285.928-86		CARGO DIRETOR FINANCEIRO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 02/05/2023			RG 29331939X
QUANTIDADE COTAS					

<b>DIRETOR PRESIDENTE, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 02/05/2023</b>					
NOME LEONARDO ALMEIDA BYRRO					
ENDEREÇO RUA MINISTRO JESUINO CARDOSO			NÚMERO 454	COMPLEMENTO CONJ 42	
BAIRRO VILA NOVA CONCEICAO		MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 04544-051
CPF 269.275.368-25		CARGO DIRETOR PRESIDENTE, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 02/05/2023			RG 20477845
QUANTIDADE COTAS					

<b>DIRETOR COMERCIAL, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 02/05/2023</b>					
NOME RENAN DE ALMEIDA HERVELHA					
ENDEREÇO RUA MINISTRO JESUINO CARDOSO			NÚMERO 454	COMPLEMENTO CONJ 42	
BAIRRO VILA NOVA CONCEICAO		MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 04544-051
CPF 333.637.448-03		CARGO DIRETOR COMERCIAL, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 02/05/2023			RG 43528434
QUANTIDADE COTAS					

<b>DIRETOR</b>					
NOME THIAGO LISKA					
ENDEREÇO RUA MINISTRO JESUINO CARDOSO			NÚMERO 454	COMPLEMENTO CONJ 42	
BAIRRO VILA NOVA CONCEICAO		MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 04544-051
CPF 020.058.649-19		CARGO DIRETOR			RG 3644744
QUANTIDADE COTAS					

<b>FILIAIS</b>					
NIRE 26900732654		CNPJ 12.420.164/0011-29			
ENDEREÇO AVENIDA GOVERNADOR AGAMENON MAGALHAES			NÚMERO 4775	COMPLEMENTO SL 1111 1112	
BAIRRO ILHA DO LEITE		MUNICÍPIO RECIFE		UF PE	CEP 50070-160
NIRE		CNPJ			

53900363537		12.420.164/0009-04	
ENDEREÇO RODOVIA DF-290, KM 7		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO GALPAO: 02
BAIRRO SANTA MARIA	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF	CEP 72578-000
NIRE 26900716896		CNPJ 12.420.164/0001-57	
ENDEREÇO RUA RIACHAO		NÚMERO 807	COMPLEMENTO GC M3C E 6C
BAIRRO MURIBECA	MUNICÍPIO JABOATAO DOS GUARARAPES	UF PE	CEP 54355-057
NIRE 41901194089		CNPJ 12.420.164/0002-38	
ENDEREÇO AVENIDA TIRADENTES		NÚMERO 6640	COMPLEMENTO GP 5, 6 E 7
BAIRRO JARDIM ROSICLER	MUNICÍPIO LONDRINA	UF PR	CEP 86072-000
NIRE 35904274402		CNPJ 12.420.164/0005-80	
ENDEREÇO AVENIDA RIBEIRAO DOS CRISTAIS		NÚMERO 500	COMPLEMENTO BLOCO C
BAIRRO EMPRESARIAL PAINEIR	MUNICÍPIO CAJAMAR	UF SP	CEP 07775-240
NIRE 35904274411		CNPJ	
ENDEREÇO RUA BASSAN		NÚMERO 540	COMPLEMENTO
BAIRRO SAO MIGUEL	MUNICÍPIO MARILIA	UF SP	CEP 17506-190
NIRE 52900608636		CNPJ 12.420.164/0003-19	
ENDEREÇO EIXO 3, MODULOS 26 A 30		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO QUADRA 9 A
BAIRRO DIMIC	MUNICÍPIO CATALAO	UF GO	CEP 75709-685
NIRE 35904792195		CNPJ 12.420.164/0008-23	
ENDEREÇO RUA MINISTRO JESUINO CARDOSO		NÚMERO 454	COMPLEMENTO CJ. 42
BAIRRO VILA NOVA CONCEICAO	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	CEP 04544-051
NIRE 53999803712		CNPJ	
ENDEREÇO POLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITS		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO LT 20 - BL A
BAIRRO SANTA MARIA	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF	CEP 72549-550

NIRE 26999803192	CNPJ		
ENDEREÇO RODOVIA BR-101 SUL, KM 86,76 GP A2, LT 1	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO QD.D2, BL A	
BAIRRO PRAZERES	MUNICÍPIO JABOATAO DOS GUARARAPES	UF PE	CEP 54335-000
NIRE 26999805012	CNPJ		
ENDEREÇO AVENIDA GOVERNADOR AGAMENON MAGALHAES	NÚMERO 4.779	COMPLEMENTO SALA 702	
BAIRRO ILHA DO LEITE	MUNICÍPIO RECIFE	UF PE	CEP 50070-160
NIRE 42999812437	CNPJ		
ENDEREÇO RUA IGUACU	NÚMERO 444	COMPLEMENTO 2 ANDAR SL 7	
BAIRRO ITOUPAVA SECA	MUNICÍPIO BLUMENAU	UF SC	CEP 89030-030
NIRE 42999813271	CNPJ		
ENDEREÇO RUA BERTOLINA MAY KECHELE ATE 998/999	NÚMERO 125	COMPLEMENTO BLOCO B	
BAIRRO MULDE	MUNICÍPIO INDAIAL	UF SC	CEP 89085-050
NIRE 32900778098	CNPJ 12.420.164/0014-71		
ENDEREÇO AVENIDA TALMA RODRIGUES RIBEIRO	NÚMERO 147	COMPLEMENTO G2 M A/E S49	
BAIRRO PORTAL DE JACARAÍPE	MUNICÍPIO SERRA	UF ES	CEP 29173-795
NIRE 43920020271	CNPJ 12.420.164/0015-52		
ENDEREÇO RODOVIA ERS-130	NÚMERO 1295	COMPLEMENTO PAVILHAO 01	
BAIRRO CAMPESTRE	MUNICÍPIO LAJEADO	UF RS	CEP 95912-220
NIRE 35906362945	CNPJ 12.420.164/0017-14		
ENDEREÇO RUA MANOEL FRANCISCO MENDES	NÚMERO 320	COMPLEMENTO	
BAIRRO JARDIM DO TREVO	MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP	CEP 13030-110
NIRE 35906362937	CNPJ 12.420.164/0016-33		
ENDEREÇO AVENIDA VEREADOR AROLDI ALVES NEVES	NÚMERO 932	COMPLEMENTO S O F PTA	
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP

SOMMA	RIBEIRAO PIRES	SP	09445-400
NIRE 35906456214	CNPJ 12.420.164/0018-03		
ENDEREÇO RUA PROFESSORA SURAI AIDAR MENON	NÚMERO 1.653	COMPLEMENTO	
BAIRRO AGUA BRANCA	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	CEP 05038-015
NIRE 42902100330	CNPJ 12.420.164/0019-86		
ENDEREÇO RODOVIA BR 282	NÚMERO S/NO	COMPLEMENTO KM 32	
BAIRRO POCO FUNDO	MUNICÍPIO SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	UF SC	CEP 88140-000
NIRE 42902100348	CNPJ 12.420.164/0020-10		
ENDEREÇO RUA ABRAO DE SOUZA E SILVA	NÚMERO 1.240	COMPLEMENTO	
BAIRRO BATEAS	MUNICÍPIO BRUSQUE	UF SC	CEP 88355-570
NIRE 43920049562	CNPJ 12.420.164/0021-09		
ENDEREÇO RUA DA PEDREIRA	NÚMERO 64	COMPLEMENTO 3SB PL A5M123	
BAIRRO PEDREIRA	MUNICÍPIO NOVA SANTA RITA	UF RS	CEP 92480-000
NIRE 42902105773	CNPJ 12.420.164/0022-81		
ENDEREÇO RUA EWALDO JANSEN	NÚMERO 777	COMPLEMENTO PREDIO 44	
BAIRRO SALTO WEISSBACH	MUNICÍPIO BLUMENAU	UF SC	CEP 89032-085

**ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO**

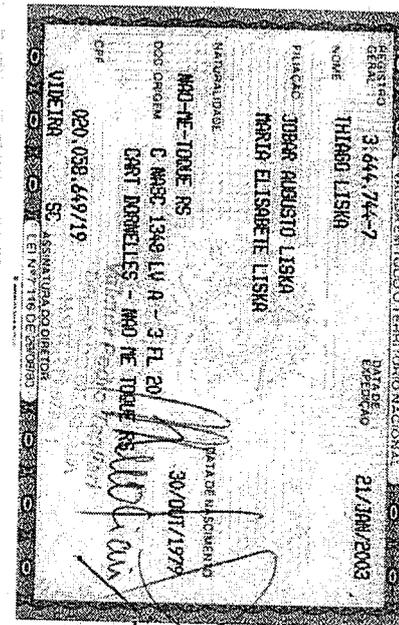
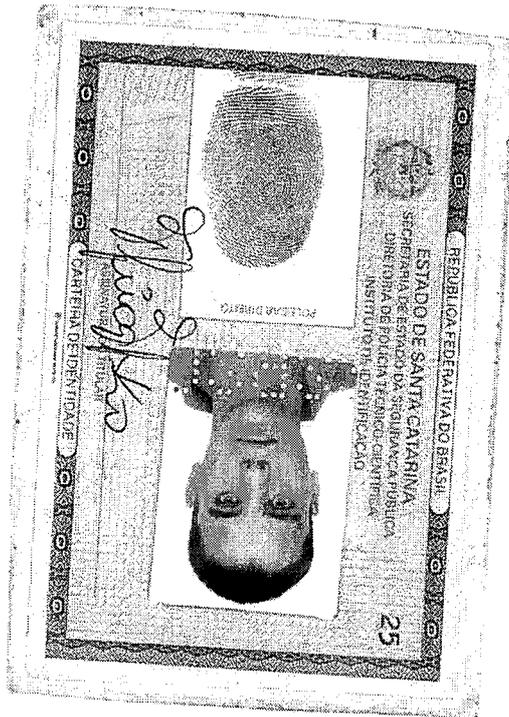
DATA 13/04/2023	NÚMERO 145.009/23-3	
ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 23/03/2023. ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO VISANDO DELIBERAR E APROVAR ASSUNTOS RELACIONADOS AS CONTROLADAS DA COMPANHIA.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300486854  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 17/04/2023



Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 202290294, segunda-feira, 17 de abril de 2023 às 12:09:27.

*[Handwritten signatures and initials]*



*[Handwritten signature]*

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em segunda-feira, 30 de maio de 2022 14:08:04 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADIAS  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

NOME  
**FLÁVIA DE LIMA CARVALHO**

DOC. IDENTIDADE / Org. EMISSOR / UF  
 25069651, SSP/SP

CPF  
 313.294.398-30

DATA NASCIMENTO  
 25/12/1983

FILHO(A)  
 MARCELO ANTONIO DE CARVALHO  
 MARIA ANDREA BUTTI DE LIMA CARVALHO

PERMISSÃO  
 ACC  
 CAT. HAB.  
 B

Nº REGISTRO  
 02347896131

VALIDADE  
 19/01/2023

HABILITAÇÃO  
 17/05/2002

OBSERVAÇÕES

*Flávia de Lima Carvalho*  
 ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
 SÃO PAULO, SP

DATA EMISSÃO  
 19/01/2018

55361306086  
 SP886231256

**SÃO PAULO**

VALORES COC  
 O TABELIONATO NACIONAL  
 1584743142

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 1584743142

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em quinta-feira, 4 de agosto de 2022 15:45:10 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

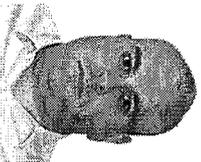


QR-CODE

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2116099893



— NOME —  
VILSON SCHWARTZMAN



— DOC. IDENTIFICADOR SUSSCATOR —  
103086907 SSP RS

— CPF —  
786.031.308-25

— DATA ASSINANTO —  
07/10/1976

— RUAÇÃO —  
GILDO SCHWARTZMAN

— BELEZA CARROCHEI SCHWARTZMAN

— RENESSAÇO —

— VALIDADE —  
04/10/2025

— T. HABILITADO —  
14/08/1995

— N.º REGISTRO —  
90971529443

— OBSERVAÇÕES —



— LOCAL —  
Assinatura do portador  
SÃO PAULO, SP

— DATA EMISSÃO —  
18/10/2025

— ASSINADOR PROXIMAMENTE —  
Departamento de Trânsito de São Paulo

— IDENTIFICADOR —  
94701594442  
SP302540242

— DENATRAN —  
CONTTRAN

SERPRO / DENATRAN



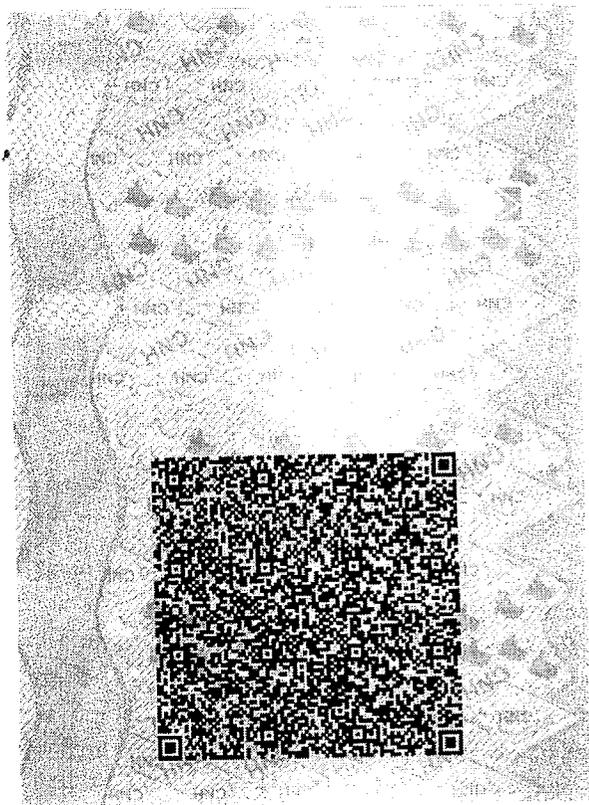
Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

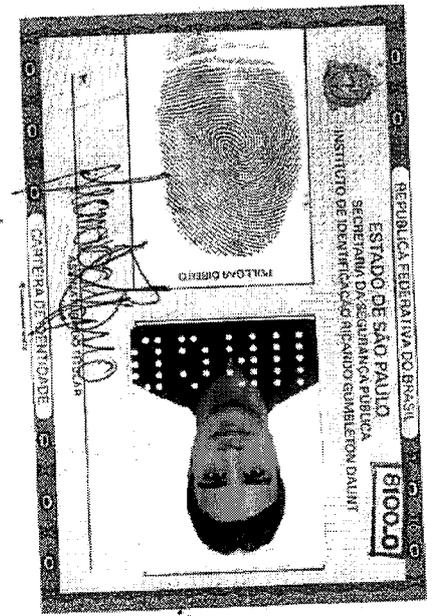
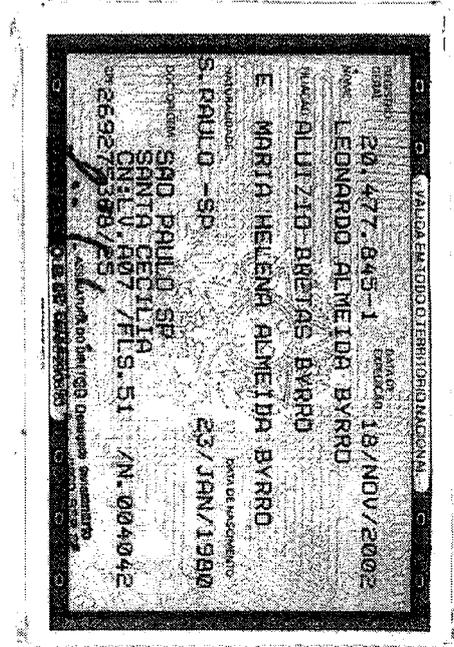
O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MENEZES, em quinta-feira, 4 de agosto de 2022 11:15:38 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

*[Handwritten signatures and marks]*









Handwritten marks and signatures on the left side of the page.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ANA CLAUDIA PRADO MESSIAS, em terça-feira, 2 de agosto de 2022 14:38:16 GMT-03:00, CNS: 12.146-7 - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interições e Tutelas do 1º Subdistrito/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Handwritten marks and signatures at the bottom of the page.



viveo.com.br

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTES:** **CM HOSPITALAR S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Distrito Empresarial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.420.164/0001-57, CEP 14.072-055, e suas filiais, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; **CREMER S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Blumenau/SC, na Rua Iguazu, nº 291/363, bairro Itoupava Seca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.641.325/0001-18, CEP 89.030-030, e suas filiais, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social.

**OUTORGADA:** **LORRAYNE MERHY ZANCANELLA ARIEDE**, brasileira, solteira, Supervisora de Licitação, inscrita no CPF/MF sob nº 482.692.078-45, portadora do RG nº 50821213-3/SSP SP, com endereço profissional na Av. Luiz Maggioni, nº 2727, Distrito Empresarial Prof. Luiz Roberto Jábali, na cidade de Ribeirão Preto/SP, CEP 14072-055.

**PODERES:** Para representá-las especificamente em licitações perante a União, seus Ministérios, demais órgãos e repartições públicas Federais; Estados, suas Secretarias, demais órgãos e repartições públicas Estaduais; Distrito Federal, suas Secretarias, demais órgãos e repartições públicas distritais; Municípios, suas Secretarias, demais órgãos repartições públicas municipais, todos estes entes considerados em quaisquer dos poderes, Legislativo, Executivo ou Judiciário; Autarquias, sociedades de economia mista, associações, sociedades, fundações, em qualquer das esferas, Municipal, Estadual ou Federal, conferindo-lhe, para tanto, poderes para: requerer e apresentar documentos de inscrição de registro cadastral em nome das outorgantes, retirar e impugnar editais, participar dos certames, retirar e vistar documentos, manifestar-se em nome da empresa, concordar e discordar das decisões das comissões de licitações em quaisquer de suas fases do procedimento licitatório, fazer constar suas considerações nas respectivas atas, assinar atas, debater e deliberar em qualquer instância na defesa e representação dos interesses das outorgantes, protocolar requerimentos, esclarecimentos, pedido de reconsideração de decisão, recursos administrativos e impugnação a recursos, acompanhar entregas de produtos das outorgantes ou de terceiros, assinar contratos e atas de registro de preços decorrentes da participação das outorgantes nas licitações e todos os demais atos necessários para o completo desempenho do presente mandato. **Nas licitações sob as modalidades Concorrência, Tomada de Preços e Convite as Outorgantes reservam para si os poderes para estipular preços, condições de pagamento, prazo de entrega, firmar declarações de corresponsabilidade e renunciar a recursos. Exclusivamente para as licitações sob a modalidade Pregão, as Outorgantes concedem poderes especiais a Outorgada para formular lances, ofertas e negociar preços, interpor e desistir de recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. A Outorgada compromete-se a cumprir rigorosamente a legislação vigente, em especial a Lei nº 12.846/2013, "Lei Anticorrupção" e quaisquer Decretos, Leis Estaduais ou Municipais que regularem a matéria "Anticorrupção", bem como o Código de Conduta, Política Anticorrupção e Política Antissuborno da Viveo (<http://www.viveo.com.br/>). O presente mandato é válido pelo prazo de 12 (doze) meses**

R. Min. Jesuíno Cardoso, 454 – 4º Andar  
Vila Nova Conceição – Sp, 04543-030



# viveo

viveo.com.br

R. Min. Jesuino Cardoso, 454 – 4º Andar  
Vila Nova Conceição – Sp, 04543-030

Cremer Flexicotton Daviso FWP MAFRA Tecno4 Tecno4+ Cremer BIOGEN-NESTLÉ VITALIA BVOGENE HEALTH LOG Farma



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com Resolução CG ICP-Brasil nº 182/2021

**Data de verificação** 17/03/2023 17:21:11 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** 1. CL(assinado) - Lorryne Merhy Zancanella Ariede.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 33cc74950224432974738cd94f00e5888d8c98be3183136920df4d80038ca72a  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ Informações da LPA

▶ LPA PAdES v2

▼ Informações de política

▶ PA\_PAdES\_AD\_RB\_v1\_0.der (2.16.76.1.7.1.11.1)

▼ BR Assinatura por CN=VILSON

SCHVARTZMAN:\*\*\*031300\*\*, OU=(em branco), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=13075037000120, OU=VideoConferencia, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado

AVALIE ESTE SERVIÇO

EXPANDIR ELEMENTOS

Modo escuro

<b>Política utilizada</b>	PA_PADES_AD_RB_v1_0.der (2.16.76.1.7.1.11.1)
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	01/03/2023 12:58:17 UTC
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados
<b>Certificados necessários</b>	Assinante apenas

▶ Informações do assinante

▼ Caminho de certificação

▼ CN=VILSON SCHVARTZMAN:\*\*\*031300\*\*, OU=(em  
branco), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, OU=13075037000120,  
OU=VideoConferencia, O=ICP-Brasil, C=BR

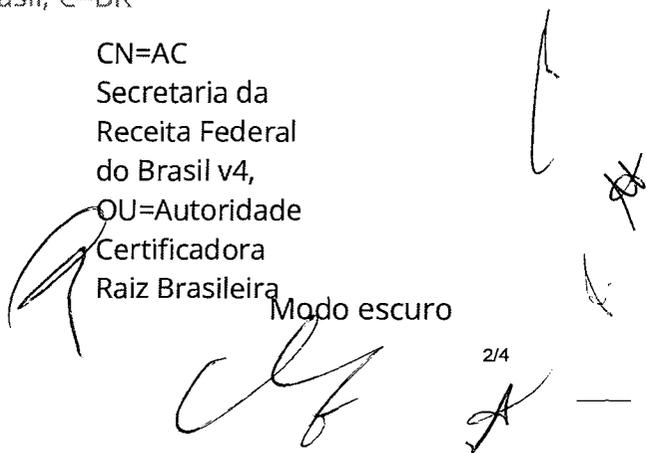
<b>Emissor</b>	CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
<b>Assinatura</b>	Aprovada
<b>Obtido</b>	Offline
<b>Aprovado a partir de</b>	18/05/2022 19:03:56 UTC
<b>Aprovado até</b>	18/05/2023 19:03:56 UTC

▶ Informações de revogação

▼ CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

<b>Emissor</b>	CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira
----------------	---

Modo escuro



**Assinatura** v5, O=ICP-Brasil,  
C=BR  
**Obtido** Aprovada  
**Aprovado a partir de** Offline  
08/12/2016  
17:44:03 UTC  
**Aprovado até** 20/02/2029  
17:44:03 UTC

▼ Informações de revogação

**Status do certificado (LCR)** Válido

▼ Listas de certificados revogados

**Assinatura** Aprovada  
**Obtida** Offline  
**Data de publicação** 17/03/2023  
16:47:04 UTC  
**Próxima atualização** 17/03/2023  
17:47:04 UTC

▼ CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,  
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-  
Brasil, C=BR

**Emissor** CN=Autoridade  
Certificadora  
Raiz Brasileira  
v5, OU=Instituto  
Nacional de  
Tecnologia da  
Informacao - ITI,  
O=ICP-Brasil,  
C=BR

**Assinatura** Aprovada  
**Obtido** Offline  
**Aprovado a partir de** 20/07/2016  
13:32:04 UTC  
**Aprovado até** 02/03/2029  
12:00:04 UTC

▼ Informações de revogação

**Status do certificado (LCR)** Válido

▼ Listas de certificados revogados

**Assinatura** Aprovada Modo escuro

<b>Obtida</b>	Offline
<b>Data de publicação</b>	06/03/2023 12:32:34 UTC
<b>Próxima atualização</b>	04/06/2023 12:32:34 UTC
▼ CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR	
<b>Emissor</b>	CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR
<b>Assinatura</b>	Aprovada
<b>Obtido</b>	Offline
<b>Aprovado a partir de</b>	02/03/2016 13:01:38 UTC
<b>Aprovado até</b>	02/03/2029 23:59:38 UTC
▼ Informações de revogação	
<b>Status do certificado (LCR)</b>	Válido
▼ Atributos	
▶ Atributos obrigatórios	

 Modo escuro  